

Introdução

Se um estudioso deseja criar um retrato de uma sociedade moderna em todos os seus aspectos, existe pouco do que ele precisa saber que não possa descobrir, embora ainda possam existir muitas coisas que ele não possa entender. Já para a história da Grécia e Roma, existem ainda muito mais coisas que simplesmente são impossíveis de se saber.

No final da época arcaica da Grécia, desenvolveu-se a escrita de obras históricas que são reconhecidamente antecessoras das escritas hoje; deste ponto em diante existe uma sequência ininterrupta de obras escritas por gregos, e mais tarde por historiadores romanos, retrocedendo ao fim da Antiguidade. A investigação e caracterização desta tradição historiográfica estão entre as primeiras tarefas que um historiador moderno do mundo antigo deve enfrentar. Mas apenas uma minúscula parte do que uma vez existiu sobreviveu ao naufrágio daquele mundo; além do mais, o leque de interesse de historiadores da Antiguidade era bastante estreito e limitado à história política, com algumas exceções; mesmo onde seus interesses fossem mais amplos, eles supuseram muito do que nós desejamos conhecer, sobre condições econômicas e até mesmo sobre instituições políticas. Além disso, havia uma propensão geral a explicar todas as ações humanas em termos demasiadamente morais.

Muito pode também ser aprendido das obras literárias além das históricas - poesia épica, peças trágicas ou cômicas, discursos, tratados filosóficos, poesia pessoal; mas muitos destes trabalhos são, como histórias, o produto de uma classe social restrita e compartilham sua visão limitada, embora possam também estar revelando inconscientemente suas suposições e preconceitos.

Além disso, as obras literárias do mundo greco-romano são, em graus variados, alheias a nós e apresentam consideráveis problemas de interpretação, à parte das dificuldades causadas por um preconceito aberto ou fechado; as inferências que um historiador pode fazer com base nesses textos devem ser controladas pelo conhecimento das tradições intelectuais das quais se originam.

Mas ainda que estas e outras dificuldades (notavelmente linguísticas) na manipulação das fontes antigas sejam superadas, permanece o problema de como mitigar o efeito do limitado campo de interesse dos autores antigos e da perda de muito do que eles produziram. Alguma ajuda pode ser derivada da documentação material produzida na Antiguidade, abrangendo desde extensos textos a pequeninos selos de impressão, material que era o produto de oficiais organizando atividades públicas, ou chefes de famílias organizando seus negócios, ou indivíduos deixando sua marca no mundo. Tais informações eram frequentemente inscritas em pedra ou bronze ou numa outra superfície durável; muitos destes materiais são resistentes à destruição e, inclusive, vêm sendo descobertos em crescentes quantidades. No Egito, devido ao seu clima seco, muitos documentos escritos em papiro sobreviveram. Estes textos, apesar de frequentemente fragmentários e difíceis de entender, permitem aprofundar nosso conhecimento sobre o mundo antigo.

Além disto, as evidências da Arqueologia e Numismática são muito relevantes; os sítios de assentamentos antigos e os objetos neles escavados fornecem muitas informações sobre a cultura material das sociedades grega e romana; moedas sobreviveram em grandes quantidades desde aproximadamente 600 a.C. em diante e, pelo fato de serem produzidas por estados antigos e funcionarem num contexto econômico, elas fornecem evidências de particular significado para um aspecto importante do mundo antigo que também é pouco entendido.

Mas mesmo com toda as evidências explícitas disponíveis utilizadas, existe um longo caminho a percorrer; e ao discutir as fontes para o estudo da História antiga deve ser lembrado que frequentemente a evidência mais importante é aquela tirada da prática bem documentada de outra época ou sociedade. O mundo mediterrâneo dos períodos grego e romano pode ser visto como semelhante a sociedades mediterrâneas de uma época mais recente, em algumas áreas, mesmo as nossas próprias, pois as terras e seus climas mudaram pouco.

Em tudo isso, é importante abordar o Mundo Antigo com perguntas e diretrizes de pesquisa em mente, uma vez que a mera acumulação de material ou de paralelos é raramente recompensada. Neste contexto, pode-se ir muito além das grandes categorias morais de explicação comuns na Antiguidade, entretanto se deve sempre ser cuidadoso em não impor categorias modernas ou preconceitos num mundo muito alheio ao nosso. Esta precaução é particularmente importante onde nossa explicação sugerida envolve a atribuição de motivos; a estrutura de pensamento dos antigos era muito diferente de nossa própria.

Acima de tudo, deve ser lembrado que o Mundo Antigo era uma sociedade complexa em suas várias fases; é necessário aprender a pensar em correlações; uma explicação de um evento, mesmo que engenhosa como nunca, fica sem utilidade se envolver consequências impossíveis em outro lugar na estrutura.

CAPÍTULO 3

Arqueologia

Em nenhum lugar as vantagens e desvantagens da Arqueologia como uma fonte aparecem tão evidentemente como na história grega e romana. Enquanto as batalhas teóricas decisivas da Arqueologia têm sido largamente travadas em outros campos e entre grandes batalhões, é nos encontros mais íntimos de Arqueologia Clássica que o atrito mais contínuo dos testes empíricos acontecem. A experiência não tinha tido muita influência sobre o pensamento arqueológico mais amplo, mas revelou certas vantagens por parte de evidências arqueológicas em um contexto histórico: quatro destes, que eu iria escolher como os mais importantes, são sua **independência**, seu **caráter direto**, seu **caráter experimental**, e seu **potencial ilimitado** para extensões futuras. Nenhuma destas qualidades devem ser entendidas como implicando objetividade. Na medida em que o ideal de objetividade total pode ser perseguido, não está mais no comando do arqueólogo que do historiador. Menos extensamente reconhecido, mas da mesma maneira importante, são as desvantagens peculiares da evidência arqueológica. É impossível simplesmente dar uma lista destas; uma grande parte da discussão neste capítulo surge da sua existência. Mas se pode dizer que a evidência arqueológica é passível de mal-entendidos de uma forma ou de outra: ocasionalmente, o engano por parte do arqueólogo sobre a identidade do que ele próprio descobriu; muito mais frequentemente, o engano do *significado* de sua própria descoberta ou a descoberta de outros; igualmente frequente, o mal-entendido por parte dos historiadores sobre o âmbito de inferências permissíveis sobre os dados arqueológicos em geral ou de uma descoberta particular. A estes e outros fracassos de compreensão e comunicação, devemos presentemente nos ater.

1) Primeiro, as vantagens. A ‘independência’ da evidência arqueológica consiste no fato de que as hipóteses e argumentos do arqueólogo são parte de um grande nexo de uma teoria e prática arqueológicas gerais, que é algo completamente independente da teoria histórica, pois evoluiu, em parte, dos achados de arqueólogos trabalhando em campos que não são historicamente documentados. Para dar um exemplo simples: em 1904 G. E. Fox discutiu que uma série de quartos na *villa* romana de Chedworth, em Gloucestershire, serviu como um *fullonica*, um estabelecimento para o pisoamento de pano.¹ As referências à indústria têxtil britânica nas fontes documentárias como o Édito dos Preços de Diocleciano e o *Notitia Dignitatum* fornecem um estímulo natural para esta interpretação; mas também são baseadas na analogia a outras instalações de pisoamento, como uma encontrada em Pompéia, e especialmente nas pinturas murais representando operações de pisoamento. Pelo fato de o estabelecimento ser demasiadamente grande para as necessidades de uma *villa*, e, portanto, indicando propósitos comerciais, as observações de Fox foram extensamente tomadas em relatos gerais sobre a economia rural da Inglaterra romana. Duas gerações mais tarde, I. A. Richmond re-examinou esta parte do sítio de Chedworth.² Devido a um estudo detalhado da estratigrafia ele pôde mostrar que as partes supostamente complementares da *fullonica* não eram contemporâneas às outras nem em construção e nem em uso. O seu grande conhecimento de banhos em outros edifícios romano-britânicos o ajudaram a perceber a explicação verdadeira: que estes quartos pertenciam a sucessivos rearranjos dos quartos de banho da *villa*. Este tipo de experiência, embora frequentemente de forma menos clara, não é incomum em Arqueologia: mesmo quando a retidão da nova explicação é pouco demonstrável, as dúvidas lançadas sobre as antigas podem ser saudáveis. Parte do significado desta ilustração particular é que o raciocínio de Fox era provavelmente *a priori*, e baseado no desejo natural de combinar os vestígios materiais com as fontes históricas e iconográficas; permaneceu sendo corrigido pelos argumentos puramente arqueológicos (caracteristicamente empíricos na sua base) de Richmond. É frequentemente, e na minha opinião corretamente, discutido que a Arqueologia tem os mesmos objetivos últimos que a História. Mas as duas disciplinas usam técnicas e dados diferentes. Também é verdade que, da mesma maneira que existem aspectos da História para que Arqueologia não pode ser usada, também existem campos na Arqueologia que ficam além do alcance da evidência histórica.

2) Falando do caráter ‘direto’ da evidência arqueológica, eu estou em parte fazendo um contraste com a qualidade de algumas das outras evidências utilizadas no estudo da História antiga, que não são sempre reconhecidas por seus praticantes. Historiadores antigos usavam a palavra ‘fonte’ com uma latitude que

¹ Pisoamento: apertar e bater o pano com pisão (máquina que deixava o pano mais consistente e fechado). ‘Notes on some probable traces of Roman fulling in Britain’, *Archaeologia* 59.2 (1904), 207-32.

² ‘The Roman villa at Chedworth’, *Transactions of the Bristol and Gloucester Archaeological Society* 78 (1959), 5-23.

a maioria dos alunos de períodos mais tardios repudiariam: Heródoto é uma ‘fonte’ para a história do Egito Saíta (ca. 664-525 a.C.), Tucídides para a conspiração dos tiranicidas, Tácito para o reinado de Tibério, e Plutarco para a vida de Temístocles. Uma fraqueza desta utilização é que deixa sem um termo distintivo para os documentos ou outros registros contemporâneos para os quais os escritores de épocas posteriores derivam seus relatos e os quais devem, em alguns casos, ainda sobreviver. É esta circunstância que dá à evidência arqueológica alguns dos seus valores nos estudos antigos: os vestígios físicos escavados, ao menos no momento de sua descoberta, nos traz mais próximos a certo tipo de “realidade histórica” que jamais podemos nos aproximar por qualquer outro meio. Eles representam o que alguém fez uma vez, não o que algum escritor contemporâneo ou mais tardio disse que fizeram. Mas este momento logo passa: o material não pode receber um significado verdadeiramente histórico até que seja sujeito a uma série dos processos, todos num senso ou noutro muito arriscados. Em muitos casos, estes incluem a remoção de seu ambiente físico imediato (que é destrutivo por si só), limpeza, identificação, descrição, datação, estabelecimento de origem geográfica, desenhos, fotografias, conservação, publicação preliminar e final.

A possibilidade de erros humanos paira acima de todas as fases. No final, os fatos verdadeiros podem se tornar tão distorcidos, obliterados, mesmo esquecidos, como em qualquer relato escrito de eventos do passado. De fato, em um nível trivial, um relatório de escavação é um pedaço de história escrita, um ponto salientado nos últimos vinte anos pelo caso do relato de Sir Arthur Evans sobre suas próprias escavações em Knossos, que tem sido manuseado de maneira semelhante ao tratamento dado ao relato de Ramses II sobre a Batalha de Kadesh. Mas o fato reside que o ponto de partida de um registro de escavação é frequentemente a observação testemunhada a olho, e sempre documentação contemporânea de algum tipo. Esta é uma vantagem que não pode ser menosprezada.

3) A qualidade experimental da Arqueologia está intimamente ligada com o quarto e último fator que consideraremos em um momento - o suprimento de evidência arqueológica fresca. É isto que habilita a Arqueologia a prosseguir, às vezes, por um tipo de experimentação que é mais frequentemente associado com as ciências naturais. O arqueólogo pode formar hipóteses, variando de proposições históricas diretas (‘Os vikingues alcançaram América do Norte’) a modelos complexos sobre o comportamento humano, e então testá-los procurando por evidências que sejam completamente novas, ou porque encontram-se ainda não descobertas abaixo do chão ou porque nunca tiveram sido aplicados antes a estes fins particulares. Ou ele pode formular perguntas ou problemas abertos e fechados (‘Os camponeses do mundo mediterrâneo antigo viveram predominantemente em suas terras ou em cidades?’) e semelhantemente procurar pelas evidências que irão prover uma resposta. O historiador trabalhando apenas com fontes não arqueológicas não pode normalmente usar este procedimento, menos de tudo em História Antiga, porque descobertas de novos documentários materiais, embora não tão raros como se acredita, são quase completamente impossíveis de prever. A Arqueologia também pode operar ocasionalmente de um modo mais literalmente experimental, produzindo réplicas de estruturas antigas, artefatos e processos e então testa-las em ação.

4) Que os solos da Grécia e Itália devam ainda, depois de mais de um século de exploração intensiva, estar produzindo material arqueológico em quantidade aparentemente infinita é sempre um motivo de surpresa para os leigos. Existe uma tendência natural a suspeitar que pouco deste material é de real significância. A suspeita é justificada num sentido somente: existe pouca chance que qualquer descoberta tenha o mesmo impacto que tinha sido produzido, por exemplo, pelo transporte dos Mármores de Elgin a Londres ou a descoberta das grandes civilizações da Idade do Bronze dos Egeus. Mas isto ocorre mais porque somos melhores informados hoje. Houve muitas descobertas na última década, e haverá muitas mais no futuro, que teriam pasmado pessoas educadas em qualquer lugar se tivessem ocorrido há um século ou dois (como bem poderia ter acontecido); no mundo moderno, seu impacto é mais suave. Por outro lado, é um completo engano imaginar que estamos até agora bem supridos com evidências sobre todos os aspectos importantes da História antiga, como alguns exemplos aleatórios mostrarão: quantas *villae* republicanas na Itália foram escavadas? Quantos santuários messênios, cemitérios espartanos ou sítios de cidades beócias? Quantos vilarejos clássicos gregos da zona rural da Ática? Quantos assentamentos da Idade do Bronze na Arcádia? Quantas colônias gregas na costa mediterrânea Oeste da Sicília? A resposta para cada questão dá para ser contada nos dedos de uma mão. Ainda hoje o número de expedições arqueológicas aumenta num grau quase alarmante. Muitas escavações são ocasionadas por modernas obras de construções, mas muitas outras não. Só na área desocupada da ilha da Chipre, havia 14 expedições estrangeiras e 6 expedições cipriotas que estavam em andamento em 1978; 120 escavações de sítios romanos na Inglaterra são previstas em um ano normal. A existência de um futuro previsível é bastante clara, dado o influxo colossal de novas evidências arqueológicas para a História antiga. Para a pergunta óbvia: por que meios estas evidências são comunicadas aos historiadores e ao mundo inteiro? A única resposta é: através dos relatórios de escavação, monografias e sínteses, cujos dois primeiros devem ser escritos por arqueólogos profissionais e mesmo o terceiro requer alguém perito o suficiente para lidar com os detalhes significantes mencionados, ao passar para um sumário ou relatos preliminares. Idealmente, este trabalho deveria receber prioridade acima das da própria escavação. Ao menos os meios de comunicação são

mais altamente desenvolvidos hoje que nos tempos em que era necessário viajar para ouvir o relato oral do escavador sobre suas mais novas descobertas. Se apenas uma porção das sementes cair em solo bom, ainda haverá uma colheita para os historiadores colherem.

Em seguida, uma palavra sobre definições. Existem aqueles que incluíam inscrições e moedas como uma parte da evidência arqueológica, mas isto me parece ser válido somente no sentido de que também são frequentemente encontrados em escavações: uma vez descobertos, sua interpretação é procedente de técnicas bastante separadas daquelas da Arqueologia, e é por isso que eles são tratados em um capítulo à parte neste livro. Por outro lado, existe um campo de atividades essencialmente arqueológicas, de crescimento rápido e comparativamente recente, que é frequentemente deixado de lado: as prospecções de campo e outros trabalhos de campo que não envolvam escavações. Existem várias áreas onde estas técnicas já provaram ser potencialmente ou realmente uma fonte mais propícia ao encontro das evidências do que a escavação dos sítios. Existe também o crescimento, ainda mais recente, do uso das técnicas das ciências físicas, as quais têm feito algumas contribuições importantes para a Arqueologia Clássica. Ainda entre o público e mesmo entre alguns pesquisadores profissionais de outras áreas, a impressão que perdura é a de que Arqueologia é escavação. Isto é tão senso comum quanto dizer que medicina é cirurgia. As observações levantadas acima sobre os estágios na comunicação dos resultados arqueológicos tinham a intenção de mostrar quão ilusório é esta convicção; mas além do fato de que existe um tipo de má-compreensão coletiva, pelo menos subconscientemente, esta penetra a convicção de muitas pessoas, incluindo arqueólogos, podendo talvez ser chamada de falácia positivista da Arqueologia, sustentando a idéia de que a proeminência arqueológica e a importância histórica são quase a mesma coisa; que os fenômenos observáveis são por definição os fenômenos significativos.

Uma cura para esta ilusão é a experiência de primeira mão. Vinte e cinco anos atrás, T. J. Dunbabin em suas conferências sobre ‘Os gregos e seus vizinhos orientais’ arguiu que o historiador sério sobre os primórdios da Grécia ‘deve estar preparado para esquecer que ele é um historiador e estudar Arqueologia para sua própria causa’; a melhor prescrição era trabalhar em uma escavação ou estudar intensivamente um objeto ou uma classe de objetos.³ Ele estava certo, entretanto alguns de seus leitores devem ter achado esta esperança mais piedosa que realista. Isso parece ter diminuído hoje, e existem agora muitos historiadores da Antiguidade que seguindo esta prescrição adquiriram uma compreensão mais clara das realidades arqueológicas tanto quanto os arqueólogos a possuem. Mas para a maioria das pessoas sempre parecerá verdade que as declarações ‘históricas’ sobre os vestígios são mais interessantes do que as arqueológicas; isto é proposições que não são meramente falsas, mas, numa análise mais íntima, destituídas de significado real (‘Stonehenge foi construída pelos druidas’; ‘Esta é a banheira em que Telêmaco tomou o banho descrito na *Odisséia*’), ainda retém um pouco de seu alcance. Apenas se pode crer que esta tendência diminuirá com o passar do tempo; e que nem sempre será desapontador a descoberta de uma Cúria em Roma que, além de restaurada, preserve a forma um período 300 anos após o de Cícero, ou que as paredes de Phyle sejam de um estilo de construção que as tornam impossíveis de serem associadas com os famosos eventos de 403 a.C.

A ilusão também pode ser curada por reflexão. Em um sítio urbano, por exemplo, a fase arquitetônica mais preservada pertencerá, incluindo outros artefatos, não ao período de maior importância histórica, mas ao período mais tardio, quando o sítio deve ter tido alguma importância econômica. Entre os achados arqueológicos portáteis, algumas classes importantes de artefatos potencialmente significantes podem estar ausentes por causa de seu caráter perecível ou valor intrínseco; por contraste, fragmentos de cerâmica, carentes destas qualidades, terão uma predominância quantitativa que está fora de toda proporção de seu significado histórico. Ao rejeitar uma falácia deste tipo, pode-se tentar ir ao extremo oposto e dizer que a verdade sobre Arqueologia é o contrário: que a função de Arqueologia não foi a de sustentar o relato histórico nem tão pouco de suplementá-lo, mas enfraquecê-lo. Certamente não existe nenhuma escassez de exemplos nos quais o resultado da escavação parece, a primeira vista, ter sido exatamente aquilo. Tomemos, por exemplo, as declarações de Heródoto sobre os gregos no Egito durante o reinado do Faraó Amasis (569-525 a.C.).⁴ Ele diz (II 178) que Amasis ‘deu’ aos gregos a cidade de Naucratis para se assentarem; que o comércio grego estava concentrado em Naucratis para a exclusão de outros locais (II 179); e que Amasis retirou um assentamento de mercenários gregos, estabelecido quase um século mais cedo em um lugar chamado Stratopeda, na fronteira oriental do Egito (II 154), e os trouxe para Memphis para atuarem como sua guarda pessoal. O que a Arqueologia sugere? As escavações de Naucratis a partir de 1884 em diante proveram evidências conclusivas que os gregos estiveram permanentemente povoando o local bem antes do reinado de Amasis. Existem inscrições em grego e um templo inegavelmente grego de ordem jônica bem como muita cerâmica variando

³ *The Greeks and their Eastern Neighbours* (Society for the Promotion of Hellenic Studies, Supplementary Paper VIII, 1957). 15.

⁴ Discutido por M. M. Austin em *Greece and Egypt in the Archaic Age* (Cambridge Philological Society, Supplementary Volume II, 1970).

desde o final do séc. VII até o período de Amasis. Cerâmica grega datando da época de Amasis, entretanto, também têm sido descoberta em vários sítios egípcios fora de Naucratis, tornando difícil aceitar o quadro de concentração de comércio com a Grécia, ou de ao menos associá-lo com este Faraó. Em Tel Defenneh, um importante assentamento de mercenários gregos, na área geral de Stratopeda, se não idêntico a esta, também foi parcialmente escavada e não trouxe à luz nenhuma evidência, nem de um estabelecimento de um século mais cedo que Amasis ou de abandono em seu reinado; pelo contrário, seus achados de cerâmica grega iniciaram-se senão mais cedo do que em Naucratis e foram positivamente concentrados em seu reino. Um padrão muito similar foi encontrado em Memphis, para que os mercenários deveriam ter sido retirados; ocupação por mercenários parece ter sido cobertas quase no mesmo período nos dois sítios. Assim, questões permaneceram por muitos anos, até que em 1978 Dr. E. D. Oren divulgasse a descoberta de 12 novos sítios com evidências (incluindo enterramentos) de assentamentos gregos no Nordeste do Delta, nas imediações de Stratopeda.⁵ Novamente, a cerâmica encontrada cobre muito do séc. VI a.C. (incluindo o reinado de Amasis); além disso, um destes sítios é fortemente fortificado e é um possível candidato para a identificação com Stratopeda como é Tel Defenneh. A evidência arqueológica, deste modo, conta uma história coerente: uma comunidade de gregos estava assentada em Naucratis desde antes de 600 a.C.; dentre em pouco, com toda uma articulação planejada, grupos de gregos, provavelmente mercenários, foram extensamente estacionados em pontos estratégicos na fronteira Leste do Egito, e em Memphis; enquanto isso, artigos de comércio grego eram ocasionalmente encontrados em outros lugares no Egito. A ascensão subsequente de Amasis não parece ter tido nenhum impacto detectável sobre as condições de Naucratis, nem parece estar ligada à retirada dos mercenários de nenhum dos postos de fronteira encontrados até agora; ainda menos traz uma redução da distribuição de achados gregos em outros sítios egípcios.

Teriam as evidências das escavações destruído o crédito do relato de Heródoto? Não exatamente. Sobre os detalhes, é perfeitamente possível que mesmo agora o sítio chamado Stratopeda não tenha sido localizado, que a cerâmica grega nos lugares fora de Naucratis fossem negociadas por intermediários não gregos, e (embora este seja o obstáculo mais difícil de superar) que a frase de Heródoto sobre ‘dar aos gregos Naucratis’ intencionou cobrir alguma mudança puramente institucional do tipo que não deixa nenhum vestígio material. Mas também me parece que, em um nível mais teórico, a reivindicação de que o relato de Heródoto tivesse sido falsificado pela Arqueologia é uma recaída em outra variante da falácia positivista. Assume que a Arqueologia e a História operem essencialmente na mesma ordem de realidade histórica; que observações arqueológicas são feitas, por assim dizer, na mesma linguagem que os relatos históricos. De fato a sobreposição entre as duas é pequena e acontece, essencialmente, apenas naqueles casos onde as atividades de uma parte significativa da comunidade estão diretamente influenciadas por eventos históricos contemporâneos. Eventos históricos deste tipo raramente acontecem, como pode ser confirmado ao se consultar registros criminais ou procedimentos de sociedades privadas durante os períodos de crise política e militar; muitos dos vestígios da vida ficam inalterados. Deste modo, são as evidências do Egito que nós consideramos. A evidência arqueológica apresenta exatamente as qualidades – caráter direto, potencial para expansão, e, acima de tudo, independência – atribuída anteriormente. Assim, revelado o relato de Heródoto como sendo um resumo muito inadequado da história da presença grega no Egito nesta época; quanto ao uso de mercenários gregos, por exemplo, qualquer relato futuro do episódio provavelmente iria fornecer informações mais proeminentes aos achados arqueológicos, que os relatos de Heródoto. Mas ainda não foi destruída a inteira credibilidade do relato de Heródoto, porque não é da natureza da evidência arqueológica fazer isso. O que ela já fez foi lançar dúvidas na *ênfase* escolhida na versão do historiador. É este tipo mais sutil de contradição que W. H. Auden tinha em mente quando escreveu:

Da Arqueologia
 uma moral, pelo menos, pode ser retirada,
 a genialidade, que todo
 nossos livros de escola mentem.
 O que eles chamam História
 não é nada para se vangloriar de,
 sendo feita, como ela é,
 pelos criminosos em nós:
 bondade é eterna.
 (‘Arqueologia’, In: *Thank you, fog*; Londres, 1974)

Tentar fazer qualquer declaração correspondente sobre os limites das inferências do historiador seria presunçoso, e talvez impossível. É suficiente dizer que quanto mais amplamente o historiador antigo interpretar

⁵ Em *Greece and Italy in the Classical World* (Acta of the XIth International Congress of Classical Archaeology, London, 1978) (1979), 199.

o âmbito de seu assunto, mais provável que ele vá achar a evidência arqueológica útil para ele. Isto é melhor ilustrado tomando exemplos de diferentes abordagens históricas, como eu vou tentar fazer agora; e mostrar como a evidência arqueológica pode ser usada ou abusada à serviço de História. O historiador da Antiguidade tem, talvez paradoxalmente, uma vantagem: a qualidade de sua evidência documental nunca é boa o suficiente para ele subscrever à noção velha e ingênua da História como mero registro de eventos passados, ou visar a meta da pura descrição objetiva. Tais noções, embora há muito abandonadas por historiadores profissionais, continua a sobreviver na visão de história de alguns estranhos. A absurdidade da descrição total como uma meta para o historiador pode ser ilustrada por um recente uso disto, tomado (como teve que ser) não da história, mas da ficção histórica, onde como um dispositivo narrativo serve a um propósito diferente:

O último cartucho desta salva de tiros [artilharia anti-aérea] explodiu a 71 pés do compartimento do motor do [avião] de Löwenherz. O raio letal teórico de uma explosão de um cartucho de 10.5cm seria 50 pés. Este se fragmentaria em 4.573 pedaços dos quais 12 pesariam mais do que 1 onça, 1.525 pesariam entre 1 onça e uma 1/15 de onça, e 3.036 seriam fragmentos de menos de 1/15 de onça; 28 fragmentos atingiram a lataria do Junkers [bombardeiro alemão da II Guerra Mundial] de Löwenherz; 4 pedaços penetraram o compartimento do motor. . . (Len Deighton, *Bomber* (1978), 434)

O registro de cada partícula de informação relevante não está entre os poderes do historiador, e menos ainda do historiador da Antiguidade. A interpretação, vital em qualquer estudo do passado, é o sangue que da vida a História antiga. Talvez menos prontamente, historiadores da Antiguidade aprenderam dos que trabalham em períodos mais recentes que a história cultural, social e econômica, história local, demografia, geografia histórica, a história da ciência, história das idéias, e outras sub-disciplinas podem ser também dedicadas à Antiguidade. Se isto é puro ganho para a História antiga como um todo, ou não, é certamente benéfico para a colaboração do historiador e do arqueólogo.

Uma abordagem correspondente também é, entretanto, exigida do arqueólogo clássico. O tradicional viés artístico-histórico, neste ponto de vista, precisa ser trocado. Por muito tempo, o assunto permaneceu imbuído do espírito que Lord Charlemont descreveu há dois séculos atrás: ‘Nós temos razão para crer que o Mundo esteja ainda em Posse de uma Porção pelo menos daquelas Obras-primas que têm sido a Admiração de toda Antiguidade; e nós não podemos mas adulamos nós mesmos por termos tido a Glória de sermos os Descobridores deste inestimável Tesouro...’.

Entretanto, isto não deve ser tomado como sugerindo uma eliminação da história de arte, que faz uma contribuição central para a compreensão da história cultural como um todo. ‘Quando o tempo dá aos historiadores a perspectiva de julgar a nossa época,’ escreve um desesperado comentarista sobre o século XX britânico, ‘eles podem representar seu barbarismo não em nossa violência, intolerância e irracionalidade, mas no suicídio da arte ocidental’. (Paul Johnson, *The offshore islanders* (1972), 584). Se isto fosse realmente sua conclusão, seria alcançada somente após muita pesquisa de arte histórica e arqueológica do tipo que a muito foi dedicado à Antiguidade. (Um ponto um tanto diferente, mas interessante, é aquele que a mesma pesquisa pode conduzi-los a uma visão muito diferente daquela do comentarista contemporâneo.) Mas ao lado da arte de uma civilização, existem muitos outros aspectos de sua cultura material cuja significado nós podemos pedir a Arqueologia para nos informar. Com algumas destas, objetos de pesquisas em campos não clássicos, apenas recentemente os arqueólogos clássicos começaram a se preocupar seriamente: animal **husbandry**, agricultura, dieta e patologia, e técnicas industriais de diversos tipos, especialmente metalurgia – para enumerar apenas poucas. O processo é análogo ao acontecido na História antiga. Mas o importante é que acontece mesmo. É um verdadeiro prazer poder escrever, ao concluir esta seção, que os prospectos para a colaboração futura entre os historiadores da Antiguidade e os arqueólogos está se tornando mais favorável a cada ano, e que isto já está dando nova vitalidade a ambas as disciplinas.

Nós iremos considerar agora, uma a uma, os diferentes aspectos da pesquisa histórica da Antiguidade para a qual a evidência arqueológica pode ser aplicável.

CRONOLOGIA

Tradicionalmente, este aspecto desempenhou um papel dominante na manipulação da evidência arqueológica para os propósitos históricos, e por essa razão será considerado primeiramente. Para datar os eventos ocorridos em períodos muito antigos para serem registrados por escrito, ou em regiões na borda do mundo Clássico instruído, a Arqueologia tem uma utilidade amplamente reconhecida. Também é no campo cronológico que as técnicas científicas mais recentemente disponíveis têm sido mais proeminentemente empregadas. Muitas destas técnicas também ampliaram uma margem de erro potencial para ser utilizada em um período tão bem documentado como o da Antiguidade Clássica, Mas, como veremos, existe uma exceção no caso da dendrocronologia.

Para grande parte do período entre 750 a.C. e 600 d.C., um pano de fundo cronológico cobrindo alguns dos mais finos vasos de cerâmica gregos e romanos é agora concordado entre os arqueólogos.⁶ Com o passar dos anos, esta cronologia é sujeitada a repetidos testes (embora com uma frequência decrescente) conforme novos achados acontecem em contextos historicamente datados. Ao longo da última geração, estes testes passaram normalmente com poucas inexatidões sendo reveladas, o que sugere que dentro deste período esta cronologia não pode estar muito errada. É uma questão de opinião qual o grau de precisão que esta cronologia possui como resultado, mas nos períodos melhores estudados um erro de mais de 15 ou 20 anos seria agora surpreendente. As deficiências deste panorama cronológico são que os vasos finos em questão só cobrem uma fração minúscula da cerâmica em produção em qualquer outro período, são geograficamente desiguais em sua distribuição e não são ininterruptamente sucessivas no tempo. Isto significa que muitas escavações em sítios antigos mediterrâneos são amplamente ou completamente destituídas da ajuda que o diagnóstico destes vasos pode dar; a cronologia, ao contrário, teve de ser estabelecida na primeira ou segunda remoção, usando outros vasos ou objetos conjuntamente, que têm sido encontrados em outros lugares em associação com a série mais aproximadamente datada e adquire uma datação mais frouxa e indireta. Mas existe uma fragilidade subjacente mais profunda sobre a cronologia que o afeta em muitos pontos: podemos ver isto quando perguntamos, como foi estabelecida a cronologia no primeiro lugar?

A resposta é que com algumas exceções ínfimas (como as ânforas prêmio pelas Panatenaicas na Atenas dos séculos IV e III a.C. que são inscritas com o nome do magistrado anual, ou as urnas funerárias do Egito ptolomaico marcadas com os anos reais), cada ponto fixo foi derivado ou da descoberta de cerâmica em um contexto associado com um evento datado na história ou, menos frequentemente, de sua associação com objetos mais facilmente datáveis, como moedas. Mas uma mensagem deste capítulo tem sido que materiais arqueológicos e eventos históricos são difíceis de serem trazidos juntos, porque representam facetas diferentes de existência humana. Deste modo, por exemplo, existe um processo facilmente inteligível, bem conhecido dos arqueólogos, por meio do qual um depósito de material se torna 'selado', isto é excluído de intrusões tardias, seja por haver camadas contínuas de solo sobrepostas, por encobrimento num sepulcro... Normalmente é possível descobrir se alguém cavou posteriormente perturbando através do estrato, ou roubou ou reutilizou o sepulcro. O processo de lacrar proverá, deste modo, um limite cronológico mais anterior, um *terminus ante quem*, para todo o material no depósito. Mas com que frequência tal processo de selagem é mesmo plausível, é demonstrável, é associado a um evento histórico datado? A circunstância mais comum é a destruição de um assentamento, especialmente quando for seguido por abandono total. Mas primeiro, a possibilidade de outras destruições não registradas, acidentais ou não, tem de ser excluída; então permanece o problema da extensão da maioria dos assentamentos. Se o depósito selado cobre vários acres, é claro que o material mais recente em qualquer parte deste depósito é que provê o ponto de datação fixo. A dificuldade em definir este material mais recente, mesmo em condições relativas, é exemplificada por vários exemplos em pré-história. Que estágio na sequência de cerâmica tinha alcançado quando o sítio palaciano de Knossos foi destruído? 'O final do Minóico Tardio II', disse Sir Arthur Evans; 'Minóico Tardio III A 1' dizem outros que aceitaram sua estratigrafia, mas refinaram sua classificação cerâmica; 'o início do Minóico Tardio III A 2', dizem ainda outros, uma geração mais tarde, para não mencionar aqueles que rejeitam o esquema de estratificação de Evans. Um processo similar de averiguação e revisão descendente parece ter iniciado com a cerâmica micênica de Tell el Amarna, no Egito, um assentamento não destruído, mas abandonado após uma breve ocupação. Quase o mesmo também foi tentado para a cerâmica do assentamento de Thera, destruído por perturbações vulcânicas um século ou mais cedo.⁷ Nestes casos não houve nenhum elo com nenhum evento histórico datado; a meta era mais modesta: estabelecer qual material poderia ser utilizado para datar o selamento do depósito. Exames mais detalhados conduzem a novos refinamentos de tipologia e alguns destes devem revelar a presença de características supostamente mais tardias. Então ou o esquema de cronologia relativa deve ser ajustado, ou a sequência tipológica inteira é revisada de forma que a cronologia possa ser mantida. Tudo isso tende a enfraquecer a confiança.

O mesmo método pode ser usado, frequentemente com melhores resultados, em sepulcros ou enterramentos comuns que possuam uma data conhecida. Aqui o processo de 'selagem' é menos equívoco e os problemas causados pela quantidade de material raramente surgem. Uma vez mais, é na pré-história egípcia que existe a maior dependência neste método, quando cerâmicas minóica e micênica foram encontradas em tumbas egípcias que podem ser datadas ao reinado de um faraó específico. O principal perigo recai no fato de que a

⁶ Para convenientes discussões, ver: R. M. Cook, *Greek Painted Pottery 2* (1972), cap. II; J. W. Hayes, *Late Roman Pottery* (1972), *passim*; F. Oswald e T. Davies Pryce, *An Introduction to the Study of Terra Sigillata* (1920), cap. 3.

⁷ Ver por exemplo M. R. Popham, *The Destruction of the Palace at Knossos* (Göteborg, 1970); V. Hankey e P. M. Warren, 'The absolute chronology of the Aegean Late Bronze Age', *BICS* 21 (1974), 142-52; vários artigos em C. Doumas e H. C. Puchelt (eds.), *Thera and the Aegean World I* (1978).

cerâmica tem por definição sido importada por distâncias bastante longas; compreende apenas uma pequena fração dos bens funerários em qualquer enterramento; e deve ter sido altamente estimada; pode, por conseguinte, ter sido feita consideravelmente antes da data da tumba em que foi encontrada. Os arqueólogos às vezes recorrem muito prontamente para a explicação de ‘reliquia de família’, mas suficientes exemplos inquestionáveis ocorrem para mostrar que devem ser aplicados, às vezes, em Antiguidade. Mas em épocas históricas, tais enterros datados não são comuns; eles aconteceram principalmente na forma de sepulcros comunais associadas com batalhas importantes, como Maratona (490 a.C.), Delion (424 a.C.) ou Queroneia (338 a.C.), ou o sepulcro dos Lacedemônios mortos em 403 a.C., que foi descoberta em 1930 na Kerameikos ateniense.⁸ Exceto dúvidas acima da identidade destas tumbas (como com o ‘tumulo dos Plateus’ em Maratona), estes achados em geral oferecem a melhor evidencia de datação para a cerâmica antiga de qualquer outro período; as circunstancias fazem o uso das relíquias de família relativamente improváveis.

Menos satisfatória é a evidência de datação obtida da fundação de um assentamento datado. Aqui o elemento de ‘selagem’ é ausente; é meramente uma questão de prosseguir escavando numa vasta área do sítio até se sejam encontrados dos depósitos mais antigos, ou identificados os sepulcros dos habitantes mais antigos. O risco é o mesmo daqueles de destruição extensiva de níveis, apenas ao contrário; exames adicionais podem revelar depósitos mais antigos que os previamente conhecidos, e sobre as quais equações cronológicas já haviam sido baseadas. As conclusões devem então permanecer provisórias. Alguns exemplos deste processo, até agora notórios entre os especialistas, aconteceram sítios de colônias gregas na Sicília, notavelmente Megara Hyblaea e Selinus; Tucídides (VI 4, 2) oferece datas de fundação verossímeis (728 e 628 a.C. respectivamente nestes casos particulares), e escavações progrediram o suficiente para encontrar a cerâmica mais antiga em cada sítio para ser provisoriamente identificada; uma cronologia absoluta para cerâmica grega inicial foi estabelecida que se apoiou fortemente nestes e alguns outros pontos fixos; então um re-exame do material de ambos os sítios revelaram fases estilísticas até o momento indetectadas e aparentemente mais antigas.

Ainda, exatamente o fato que a cronologia da cerâmica pintada grega é baseada nesta gama de diferentes tipos de evidência fornece uma força cumulativa que é ausente em outras categorias. Quando inferências baseadas em datas de destruição de uma área se correlacionam com as baseadas em datas de fundação de outra, é razoável concluir que ambas são aproximadamente corretas. Até agora esta questão foi discutida em termos de vasos pintados gregos, os quais, com seu desenvolvimento rápido e lógico e sua riqueza de detalhes iconográficos, estabeleceram um pano de fundo mais ou menos adequável aos entre ca. 750 e 300 a.C. Aproximadamente um século e meio depois disto temos uma série de depósitos helenísticos datados, mas distribuídos mais dissipadamente e afetaram uma estreita variedade de vasos. Então segue-se um hiato antes do processo ser retomado, primeiro pelo Italiano e, em seguida, pela *terra sigillata* provincial. Na maioria dos aspectos importantes isto preenche o mesmo papel que a cerâmica grega, mas com bem mais precisão. Atribuição para artesãos individuais, em vez de ficar em observação estilística suplementada por assinaturas ocasionais, é assegurada pela frequente ocorrência de selos dos oleiros; contextos de datação são frequentemente potencialmente mais precisos graças à extensa documentação da história militar romana e a mais estreita datação fornecida pelas moedas Imperiais romanas. Da ascensão de Augusto para o fim do principado de Trajano, há uma série de sítios militares na Gália, Alemanha e Inglaterra cuja ocupação é historicamente atestada e foi frequentemente breve, que tem sido cientificamente escavados e que produziram *terra sigillata* em quantidades adequadas. Quando esta evidência cai no Império mais tarde permanece a evidência de cemitérios provincianos onde a cerâmica é associada com moedas Imperiais, estendendo-se até depois de 400 d.C. Correlações ocasionais para outros vasos romanos são possíveis mais tarde ainda: existem depósitos contendo vasos ‘Romano tardio C’, os quais são datados por um grande terremoto em Antioquia, no Orontes, em 526 a.C.; as invasões eslavas no final do século VI d.C., e aquelas dos persas e árabes no início do séc. VII d.C. oferecem pelo menos a possibilidade de pontos fixos adicionais na série cerâmica.⁹

Pelos métodos tradicionais de determinar a cronologia, a cerâmica é a única classe de material arqueológico que sustenta comparação com moedas e inscrições; às vezes é mais acuradamente datável que as outras. À falta de qualquer destes, outros materiais devem ser usados - arquitetura, esculturas, terracotas, trabalhos em metal - mas num exame mais próximo, isto normalmente prova depender, em última instância, das três fontes originais de evidências de datação; deste modo oferecem informações cronológicas do mesmo tipo, mas menos direta e acurada. Para o período histórico, métodos muito diferentes de datar por técnicas baseadas nas propriedades físicas dos objetos - radiocarbono, termo-luminescência, magnetismo termo-remanescente - provêm ainda menos precisão e são raramente usados exceto na detecção de fraudes modernas. Mas nos recentes anos, grandes avanços foram feitos com a dendrocronologia datando o que um dia pode ser esperado provocar, em História antiga, menores mas significantes resultados para a indubitável revolução que está

⁸ Ver F. Willemsen ‘Zu den Lakedämoniergrabern im Kerameikos’, *Athenische Mitteilungen* 92 (1977), 117-57.

⁹ Ver referências romanas na nota 6.

criando em cronologias pré-históricas. Em Pré-História, isto tem sido alcançado principalmente pelo seu uso junto com a técnica de radiocarbono para corrigir e refinar as evidências menos confiáveis, mas mais extensamente disponíveis que a dendrocronologia pode oferecer. Em História antiga, sua contribuição será mais direta confrontando as datas arqueológicas de eventos históricos que foram derivadas pelos meios tradicionais que têm sido revisados. A perspectiva é bastante estimuladora.

Dendrocronologia envolve o estudo da lenta e meticulosa acumulação da sequência de anéis de uma árvore no decorrer de um longo período, como é sugerido pelo fato que já ser pioneira no início do século XX pelo astrônomo Americano A. E. Douglass. Não foi por acidente que se desenvolveu primeiro no Novo Mundo, onde existem espécies excepcionalmente longevíneas como a sequóia e o pinheiro de Bristlecone. Na Europa, onde poucas árvores vivem por longo tempo, esta técnica foi desenvolvida através dos estudos de B. Huber a partir de 1938, e teve de prosseguir por compilação laboriosa através do estabelecimento de ‘sobreposições’ entre sequências relativamente pequenas, cada uma dentro de uma área geográfica restrita. A preservação de pedaços substanciais de árvores em contextos arqueológicos, da qual a aplicação da dendrocronologia depende, é melhor favorecida pelas zonas de clima mais temperado da Europa. Uma cronologia “mestra” de anéis de árvore, retrocedendo a milhares de anos, podia deste modo ser elaborada para a Europa Setentrional e Ocidental. Do ponto de vista da História, alguns dos mais valiosos resultados iniciais foram alcançados em regiões apenas brevemente em contato com as civilizações mediterrâneas, onde contextos arqueológicos já foram aproximadamente datados. Pensa-se especialmente no trabalho de E. Hollstein e H. Cuppers sobre pontes de madeira romanas do Rhineland, que foi auxiliado pelo fato de datas históricas aproximadas existirem para algumas das estruturas; destas, uma estrutura de 310 d.C. de uma ponte em Colônia era a mais precisa. Isto forneceu um ponto fixo que, invertendo a aplicação normal das datas dendrocronológicas, ‘ancorou’ uma útil sequência inicial cobrindo mais de 1.060 anos. No mundo mediterrâneo, nenhuma época da História Clássica pode ainda ser coberta por tais sequências absolutamente datadas, mas mesmo quando existe uma sequência ‘flutuante’ disponível os resultados podem ser ambos iluminadores e surpreendentes, como foi mostrado recentemente pelo trabalho de P. I. Kuniholm, em Gordion.¹⁰ Ele usou a sequência flutuante de 806 anos anteriormente derivada das madeiras da câmara funerária do Grande Túmulo, em Gordion, conhecido por ter sido construído no início da Idade do Ferro e aproximadamente datado para o final do séc. VIII a.C. por interrelações com tipos assírios de vasilhas retratados nos relevos, em Khorsabad. Outras madeiras, ambas de Gordion e de outros sítios no planalto de Anatólia, poderiam assim ser datados relativamente em relação à construção do Grande Túmulo; mas foi dentro do túmulo propriamente que a principal surpresa foi encontrada.

A câmara funerária é na forma de uma cabana composta de vigas quadradas de madeira, das quais alguns anéis de árvore poderiam então ser cortados; mas a cabana era cercada em uma cobertura exterior de troncos não quadrados (alguns destes encontrados com traços de seus cascas) seguros no lugar por apoio de pedregulhos. O conjunto foi então coberto por um montículo gigantesco de terra. O que Kuniholm achou é que o último anel de árvore preservado nas madeiras da câmara interna se ajusta a expectativas razoáveis: é muito próximo em datação àqueles de dois outros monumentos cujos achados são de datação similar, ‘Túmulo P’ e ‘Túmulo Koerte III’. Todos os três devem datar para o final do séc. VIII a.C., e os seus últimos anéis de árvore variam do 612º a 623º ano da sequência ‘flutuante’ de Gordion, sendo o Grande Túmulo de madeira o mais recente dentro desta expansão muito estreita. A época quando as árvores foram derrubadas e as três tumbas construídas pode ser razoavelmente comparada com os anos da sequência desses anéis de árvore. Mas quando os troncos da cobertura exterior do Grande Túmulo (não quadrada) foram examinados, não menos que três deles provaram ter exatamente o mesmo ano para seu anel final e era o 806º ano da sequência ‘flutuante’ - 183 anos mais tarde do que o último ano detectado na tumba interna. Até agora não existe nenhuma dificuldade insuperável: os 183 anéis mais exteriores dos troncos de madeira cuidadosamente quadrados da câmara interna podiam simplesmente ter sido removido pelos carpinteiros. Mas então Kuniholm acha que, em toda a área do assentamento e cemitérios de Gordion, apenas um monumento produziu um anel de árvore mais tardio do que o 806º ano da estrutura exterior do Grande Túmulo. A maioria era muito substancialmente mais temprana, mesmo quando os anéis de árvore eram associados com edificações persas na cidade, datados arqueologicamente para o séc. VI a.C. Estes e outros edifícios ‘tardios’ variavam entre o 303º até o 727º ano da sequência, com apenas um datando do 853º ano.

Muitos arqueólogos concluiriam que existe uma interpretação sensata destes fatos: que o 806º ano da sequência representa a data aproximada do Grande Túmulo e que as datas dos anéis de árvores mais antigos são explicadas pelo corte dos anéis mais externos. Mas isto significará que, com uma exceção, qualquer simples estrutura até agora testada por Gordion era composta de madeiras que ou foram drasticamente cortadas, ou estavam sendo reutilizadas depois de séculos decorridos, e eram deste modo muito antigas. Também existirá a

¹⁰ P. I. Kuniholm, *Dendrochronology at Gordion* (Dissertação. University of Pennsylvania, 1977. disponível em microfilme), *passim*; especialmente páginas 45-53.

coincidência que três destas estruturas, com aproximadamente a mesma datação para o final do séc VIII a.C., tinham quase o mesmo número de anéis removidos deixando na superfície um anel de antes de 900 a.C. Existe também uma terceira dificuldade ainda não mencionada: algumas destas mesmas madeiras também tinham sido usadas em testes com rádio-carbono e os resultados, permitindo alguns ajustes concebíveis, ainda determinaram substancialmente tão tardio as datas veneráveis que tinham sido inferidas pelas vigas analisadas. Por estas razões, Kuniholm mesmo é mais inclinado para a única outra alternativa possível: que é o 623º ano que marca a data aproximada da construção da tumba. As datas do radiocarbono então ajustar-se-ão bem, e as outras madeiras de Gordion serão mais ou menos 183 anos menos ‘velhas’ do que nós pensamos, muitas delas vindo razoavelmente perto da datação arqueológica de suas estruturas associadas. Mas existe agora uma séria nova objeção: a câmara exterior da tumba, e consequentemente todos os túmulos sobrepostos, teriam que pertencer à metade do séc VI a.C.; a câmara interna com o seu conteúdo precioso terá estado desprotegida ainda por uma era de violência e desassossego bem atestados na história de cidade; e, pode-se adicionar, Professor R. S. Young, que escavou o túmulo com grande habilidade em 1957 teria faltado uma discrepância importante, de cerca de 183 anos, nos dois estágios da sua construção.

Ambas as alternativas deste modo cerda com dificuldades, e parece não haver nenhuma terceira possibilidade. Quando uma das primeiras aplicações de uma nova e precisa técnica de datação para um contexto histórico documentado produz tais resultados, o modo parece abrir todos para todo o tipo de conclusões cétricas e desacreditadas, seja sobre a validez dos métodos tradicionais de datação, seja sobre a precisão de uma nova. Pessoalmente eu concluiria, não sem um pouco de agonia, que é depois de tudo o que as duas alternativas de interpretações mais antigas que envolvem os problemas menos intratáveis. Uma data um pouco mais velha que o final do séc. VIII a.C. para o túmulo (e com isso para o 806º ano da sequência) é arqueologicamente possível e marginalmente alivia os problemas. A outra interpretação, por contraste, me parece aceitável somente se combinada com algumas suposições adicionais e totalmente hipotéticas – por exemplo, que uma temporária (e sem dúvida menor) terra do túmulo protegeu a tumba interna durante a época instável entre suas duas fases de construção.

HISTÓRIA POLÍTICA E INSTITUCIONAL

Este poderia parecer o último aspecto da história no qual se esperaria que a Arqueologia lançasse luz. É verdade que um sistema político é por si só algo enganoso em termos materiais; apenas em raros casos, como o da Atenas clássica, onde temos uma riqueza de documentação histórica e topográfica - e também a ajuda da epigrafia - foi provado possível combinar os vestígios arquitetônicos com uma estrutura política já conhecida. Em circunstâncias diferentes, onde os detalhes do sistema político não são um elemento dado, tentativas às vezes foram feitas para reconstruir tal sistema quase exclusivamente de evidência material, como por exemplo na cidade minóica em Mallia; ou de evidências em parte deste tipo, como em alguns sítios arcaicos; mas inevitavelmente eles atraíram controvérsia. Em geral, nosso entendimento do desenvolvimento político de sociedades pré-históricas e mesmo proto-históricas (aquela dos etruscos, por exemplo) continua frágil ao extremo. Qual a esperança então em fazer as evidências arqueológicas serem de utilidade em tal campo? É óbvio que, aqui como em qualquer outro lugar, quanto mais o levantamento arqueológico e a história política forem definidas, maiores serão as possibilidades de uma ser usada como fonte para outra. O que é mais debatível é a afirmação que esta colaboração já produziu resultados que podiam não ter sido alcançados de outra maneira, e que são importantes, mesmo central, para a compreensão da história política antiga. Mas é, depois de tudo, essencialmente um ato político achar um assentamento em primeiro lugar; depois disso, a introdução de desenvolvimento e planejamento urbano, o estabelecimento de cultos oficiais, a distribuição de terras, o descentralização do poder para centros locais, a organização do exército, a formação de alianças e a extensão do território são todos elementos de história política! E para cada uma destas atividades a evidência arqueológica está disponível, se não necessariamente nos modos em que se foi tradicionalmente aplicado. Algumas vezes a experiência nos ensinou que alguns dos critérios arqueológicos mais óbvios não têm a mesma significância que se pensava possuir; igualmente, nossa compreensão de alguns relatos nas fontes históricas teve de ser modificada da interpretação literal ou anacrônica delas que prevaleceu anteriormente. Na fundação de assentamentos, por exemplo, tornou-se claro que a fortificação é um critério de significado muito variável. De ler fontes antigas que datam principalmente de um período maduro no crescimento dos estados antigos, se fica com a impressão que os muros de fortificação cercando a área do assentamento era uma característica normal de qualquer cidade bem equipada; algumas realmente se tornaram, mas as coisas nem sempre foram assim. Muitas fortificações em sítios coloniais ou provinciais têm provado datar de um século ou mais depois da fundação original; ou seja, quando um corte transversal é feito através da muralha, a cerâmica subjacente à estrutura mais antiga provou datar de pelo menos um século depois da cerâmica mais antiga achada nos outros

locais do sítio. Este fato é extensamente verdadeiro nas colônias gregas e fenícias da Sicília (onde alguns escavadores mostraram a uma relutância para aceitar isto), como é nas cidades romana na Gália Central e Setentrional e na Bretanha. Nas pátrias da Grécia e a Itália, muralhas de cidade apareceram num processo muito mais lento: se tem dúvidas se Atenas ou Roma eram muralhadas por volta de 500 a.C. Isto lança uma luz interessante no avanço simultâneo de civilização e insegurança.

A arqueologia provê também uma das explicações, pelo menos no período Arcaico, para a demora na fortificação das cidades: que previamente não havia nada que merecesse o ato de fortificar. Aqui novamente, houve uma tendência a tomar num sentido literal as declarações de escritores clássicos que incorporaram termos como *polis* e *synoikismos*; ambíguas, ambas estas palavras eram conhecidas, estudiosos ainda encaram um assentamento urbano (*'polis'*) como o produto invariável da união de assentamentos sob uma capital (*'synoecism'*) quando eles lêem estas passagens. É óbvio que deve ter havido um estágio anterior nas etapas do crescimento urbano, e que houve um *locus classicus* para ilustrar isto: a repetida frase de Tucídides em seu relato da Grécia primordial (15,1; 10,2), para descrever a forma da cidade primitiva composta de aldeias (*kata kōmas oikoumenē*). A revelação tem sido que este tipo de 'cidade' durou tanto, pelo menos nas áreas não coloniais. A grande época para a urbanização em seu verdadeiro sentido, parece ter sido a primeira metade do séc. VI a.C.; Tucídides, tendo consciência ou não, estava descrevendo uma era escassamente mais remota de seus tempos do que a Regência de Londres está para nós.

Em outras questões políticas, um alcance mais amplo das técnicas arqueológicas pode ser aplicado. Em vários períodos da História antiga, notavelmente na Grécia Arcaica e na Roma do período republicano tardio e do período imperial inicial, existiam alguns assuntos mais candentes que os da distribuição de terras. Achar quaisquer rastros da existência física deste processo era uma tarefa proibitiva: que áreas substanciais da paisagem agrícola antiga foram recuperadas é um dos grandes triunfos da fotografia aérea, cujas técnicas foram pioneiras nos anos 20 mas desenvolvidas com um novo rigor e perspicácia pela experiência militar da Segunda Guerra Mundial. A realização mais conhecida tem sido o reconhecimento de grandes áreas de terra no Vale do Pó, em Apúlia e na Tunísia, com núcleos menores em outras áreas como o Sul da Gália e Grécia, que tem sido centuriadas - isto é, repartidos em lotes retangulares da maneira empregada pelos romanos quando alocando terras aos veteranos aposentados. Isto já mudou e ampliou nossa compreensão sobre as circunstâncias nas quais a centurição era aplicada. Ao mesmo tempo, a evidência física tem sido recuperada por outros tipos de divisões de terras utilizada pelos romanos e pelos gregos antes deles. Um trabalho notável foi realizado por Père A. Poidebard no *limes* Sírio, por Colonel J. Baradez na Argélia, por R. G. Goodchild na Tripolitânia e na Bretanha romana por uma série de pioneiros, mais recentemente Professor J. K. S. St Joseph. Para uma idade mais antiga, D. Adamasteanu fez descobertas notáveis, usando fotografias aéreas, sobre a partilha arcaica de terras no território da colônia grega de Metapontum; sem esquecer o estudo de John Bradford sobre os campos clássicos na Ática.¹¹

Um crescente reconhecimento da importância política dos cultos religiosos tem sido uma característica dos recentes trabalhos históricos, e este é um outro campo no qual a Arqueologia pode contribuir. Inclusive, a evidência arqueológica é tão obviamente **germane** para o estudo do culto que neste caso a nota apropriada para soar é uma de advertência. É uma pena que escavações de santuários prosseguiram tão longe e tão perto; de fato apresenta problemas peculiarmente complexos de estratificação e associação. Classes isoladas de artefatos tem sido publicadas soberbamente – o volume de 1895 de Adolf Furtwängler sobre os bronzes de Olímpia é ainda hoje um exemplo brilhante;¹² edifícios sagrados individuais, mesmo quando muito fragmentários, foram medidos, analisados e reconstruídos sobre o papel em com grande habilidade; mas a interpretação histórica dos sítios como um todo tem retrocedido para trás. Nós ainda temos apenas uma vaga noção de como um santuário importante realmente trabalhava, um aspecto sobre o qual as fontes escritas pouco falam. Novamente, para entender o significado político de um culto, é necessário poder identificar a deidade para a qual um santuário é dedicado e, ao menos na Grécia, existe uma longa lista de exemplos onde isto provou-se impossível, mesmo onde os templos estão preservados. Como resultado, existem corpos de evidências documentais e epigráficas potencialmente valiosos que não podem ser relacionados aos vestígios físicos. Dificuldades particulares cercam a questão da cronologia: os edifícios melhores preservados podem ser datados com uma precisão razoável, mas muitos santuários mostram um longo período anterior de dedicações sem estruturas acompanhando. Como as primeiras dedicações eram alojadas? Quando e por que eles eram abandonados como lixo, conforme as escavações provaram frequentemente ter sido? Acima de tudo por que, no caso de muitos grandes santuários gregos, teriam as dedicações do período arcaico predominado fortemente sobre as dos períodos posteriores?

¹¹ Para as referências mais antigas, ver J. Bradford, *Ancient Landscapes* (1957); também D. Adamasteanu, 'Le suddivisioni di terra nel Metapontino' in *Problèmes de la terre en Grèce ancienne*, ed. M. I. Finley (The Hague, 1973), 49-61.

¹² *Olympia IV: die Bronzen* (Berlin, 1895).

Estes são algumas das questões nas quais a Arqueologia falhou não só em responder, mas até mesmo em perguntar.

Uma outra área de atividade política pede tratamento especial porque, diferentemente daqueles discutidos até agora, é há muito tempo vista como uma área promissora para se aplicar a evidência arqueológica - talvez injustificadamente. Este é o amplo campo de relações interestatais, de vínculos diplomáticos e comerciais a guerras, conquistas e, em casos onde não existe nenhuma evidência documental, relações de natureza colonial. Uma vez mais, é principalmente o mundo grego que é envolvido, se apenas porque a documentação superior da história romana remove muitas áreas de dúvida. A base favorita para tais interpretações é, claro, os estilos de cerâmica grega, por causa da determinação excepcionalmente precisa de suas posições geográficas e cronológicas. Existem dois níveis de objeção a esta prática, das quais a primeira e menos importante é que esta determinação não pode ser tão precisa, particularmente em termos geográficas. Nos últimos anos tem sido feita uma pequena, mas inquietante série de achados, baseada em testes científicos de um tipo ou outro (normalmente análise de traços de elementos) sobre a proveniência dos vasos regionais gregos. Enquanto na maioria dos casos estes confirmaram as visões prévias de associações de *estilos decorativos* particulares com regiões particulares, é ao contrário com as questões de tecidos. Isto revelou que estilos decorativos podem ser, e eram, imitados suficiente o bastante para passar pelo teste de simples inspeção visual e ser aceito como ‘real’; análise de fabricação mostraram que um centro diferente de produção, possivelmente centenas de milhas longe da região original, é envolvido.¹³ Em simples termos, o resultado é aquele inúmeros potes ‘importados’ revelando ser feitos localmente, e que suspeitas estão recaindo em muitos outros casos onde nenhum de tais testes ainda não foram aplicado. Claro, a imitação dos artefatos de outra comunidade deve ser da mesma maneira tão importante, em condições históricas, quanto a importação delas, e nem é necessariamente suscetível de explicação em termos de influência política.

Muito mais significativo, porém, são as objeções a se aplicar a evidência cerâmica para tais fins em primeiro lugar. A questão do significado comercial da cerâmica não é diretamente relevante aqui exceto num sentido comparativo, que qualquer dúvida que exista sobre este aspecto se aplica, *a fortiori*, à questão de seu significado político. Se, como a maioria dos arqueólogos agora aceita, a produção e circulação de cerâmica refletiu a política do Estado, então nós devemos ser muito cautelosos inclusive em usá-la para interpretar relações interestatais. Se a Região A exporta uma grande quantidade de cerâmica para a Região B, ou exerce óbvia influência sobre os estilos empregados lá, a conclusão que existe alguma influência política sobre Região B pode ainda estar bastante injustificada. Pode refletir nada além do fato que Região B era carente de depósitos de argila apropriados, ou que a Região A tinha uma reconhecida pré-eminência naquela indústria em particular. Uma vez mais retornamos às sombras da ‘falácia positivista’: a cerâmica é quase sempre a mais abundante e às vezes a única evidência material disponível - se não podemos usá-la, para onde mais poderemos nos virar? Uma resposta é que de fato existem outras categorias de evidências disponíveis, ainda não estudadas com a mesma eficácia que a cerâmica, de forma que suas implicações são menos claras. Com escultura, terracotas, detalhes arquitetônicos, telhas, tipos de sepulturas, armas ou acessórios e vestimentas de bronze, o entendimento do estilo regional é continuamente progressivo: um dia pode ser possível usá-los como indicações de contato externo e, nesse caso, vários destes podem atingir um significado histórico maior que o da cerâmica. Ainda o exemplo de experiência atual, como frequentemente em Arqueologia, é uma advertência contra usar artefatos como indicadores de relações políticas.

Relações políticas, entretanto, são meramente uma função de *entidades* políticas. Arqueólogos fora do campo clássico se tornaram crescentemente inquietos quanto à validade e aplicação do conceito geral de ‘culturas’, isto é, agrupamentos geográficos baseados em semelhança de tipos de artefatos, fazendo o máximo para considerar a evidência, ambos a favor e contra, oferecida pelos resultados obtidos em terras Clássicas; e nós, em contrapartida, devíamos considerar a que distância este conceito está tacitamente aplicado no mundo mediterrâneo antigo, e que evidência material é usada. Eu creio que aqui o potencial para evidência arqueológica pode oferecer território para otimismo. Por exemplo, um dos mais fundamentais e mais negligenciados fatos da história grega e italiana é a persistência, diretamente para nosso próprio tempo; de certas divisões regionais de cultura, material etc... Estas divisões não podem ter suas origens no período quando os estados gregos da era histórica estavam no processo de formação, primeiramente, porque as regiões estão em muitos casos maiores que os estados históricos individuais; secundariamente, porque eles são perceptivelmente mais antigos que os sucessores. Para a Grécia, a Idade do Bronze Tardia é o último período pelo qual divisões regionais devem ter se formado, uma vez que eles podem então ser reconhecidos em termos de cultura material.

¹³ Para quatro exemplos recentes, ver G. Vallet e F. Villard, *Mégara Hyblaea II: La céramique archaïque* (1964); J. P. Morel, ‘L’expansion phocéenne en Occident’ (*BCH* 81 (1957), 853-896), em ‘Aeolic grey bucchero’ em Massalia e em outros locais; M. Farnsworth, I. Perlman e F. Asaro, ‘Corinth and Corfu: a neutron activation study of their pottery’, *AJA* 81 (1977), 455-468; M. Coja e P. Dupont, *Histria V: les ateliers ceramiques* (Bucharest e Paris, 1979).

É verdade que os arqueólogos pré-históricos procuraram conscientemente por estas divisões na analogia daqueles existentes em tempos históricos; mas o fato é que eles acharam-nas. ‘beócio’, ‘ático’, ‘messênio’ são categorias arqueológicas identificáveis, ao menos pelas fazer mais posteriores da Idade do Bronze. É possível que os limites de tais regiões coincidiam com aqueles dos reinos micênicos, mas esta é uma questão ardentemente disputada e não essencial para o argumento. O que não é debatido é que pelo início da época histórica, 500 anos mais tarde, estas divisões adquiriram um significado político (e incidentemente linguístico). Na Grécia, algumas das regiões abraçam os territórios de vários estados pequenos, amplamente independente de cada um, mas devendo uma ampla lealdade para sua região, às vezes por meio de uma liga formal (Aquéia, Arcádia, Beócia); alguns abrigam estados unitários de natureza ‘étnica’ mesmo em tempos históricos (Locris, Acarnânia, Etólia). Em um caso (Ática) uma região inteira fundiu-se numa única cidade-estado, enquanto em outra (Lacônia e Messênia) tais regiões são violentamente amalgamadas. Por cerca de 700 a.C., elas são todas em algum sentido entidades políticas, e podem ter sido assim mais cedo; a questão recai no fato de que eles são primeiramente detectados como agrupamentos arqueológicos, ligadas por semelhanças de costumes funerários e do estilo de cerâmica e tecido. Em outras palavras, eles são ‘culturas’ arqueológicas. É encorajando que M. Pallottino recentemente usou evidência semelhante da Itália para alcançar quase a mesma conclusão: que a estrutura étnica e linguística da Itália antiga, como sabemos de fontes históricas mais posteriores, deve ter sido estabelecida nesta mesma data temprana.¹⁴ Pode haver lições aqui para ambos arqueólogo e historiador.

HISTÓRIA MILITAR

A contribuição de Arqueologia aqui é mais previsível, em forma e em importância; ainda seu valor não é exatamente o que é frequentemente imaginado como sendo. As relíquias físicas mais óbvias e significativas, como trabalhos de fortificação, podem certamente às vezes ser relacionados a relatos históricos de guerras, ou então estendem eles. Mas quando se trata da topografia de campanhas e batalhas individuais, o historiador frequentemente se vira para a Arqueologia em vão. Vale a pena pausar um momento para considerar por que isto devia ser assim. A discrepância fundamental entre Arqueologia e história ‘orientada por eventos’ é e sempre será suas muito diferentes escalas de tempo. Nas guerras antigas, uma campanha de larga escala e significado, como a invasão Persa da Grécia em 480/79 a.C., podia ser preparada e executada virtualmente sem deixar qualquer permanente e positivo (como distinto de destrutivo) rastro físico. Isto é em parte por causa de sua curta duração, em parte por causa de fatores incidentais como o desenvolvimento relativamente retrógrado de arte de cerco antigo. Como resultado, escavação não tem muita luz para lançar nas grandes guerras do mundo antigo; um nível de destruição aqui, um monumento lá, uma sepultura comunal em outro lugar, são o máximo que pode ser produzido. Uma exceção aparente surgiu com a descoberta, em 1970, do ‘Túmulo dos Plateus’, em Maratona; seu local preciso era tão inesperado e difícil de reconciliar com qualquer interpretação natural das fontes antigas para a batalha que parecia que a Arqueologia estava re-escrevendo um capítulo famoso da história. Ainda em 1977, a identificação do túmulo já estava sendo seriamente questionada, principalmente em territórios arqueológicos.¹⁵ O episódio, em minha opinião, reflete não apenas problemas de um tipo particular, mas a natureza geral da evidência arqueológica: raramente fala o idioma de eventos históricos.

Que uma duradoura contribuição foi feita pela Arqueologia para a história militar antiga é em parte o resultado de fatores históricos incidentais cujos efeitos são detectáveis por escavação; e em parte, ainda novamente, pela extensão de técnicas arqueológicas além da escavação. Porque os antigos, em certos períodos, praticado enterramentos com armas; porque eles regularmente dedicavam pilhagem militar em santuários; acima de tudo, porque eles introduziram a figura humana como o elemento dominante na sua arte e era especialmente viciado em assuntos militares - estas são as razões principais por que tanta luz pode ser lançada sem seu desenvolvimento militar. Tal evidência é obviamente apropriada não para eventos, mas para processos: nos habilita a construir um pano de fundo de desenvolvimento técnico, tático e até organizacional, contra os quais as campanhas conhecidas podem então ser fixadas. Seu valor recai no fato de seu pano de fundo foi largamente impossível de reconstruir de evidência documental.

Mas uma contribuição de um tipo muito mais específico tem sido possível (como com sistemas terrestres) pelo desenvolvimento do levantamento arqueológico aéreo, bem como, numa extensão menor, do trabalho de campo no solo. Um exemplo clássico é o da história das operações militares romanas no Norte da Bretanha. Em 1747, no resultado da Batalha de Culloden, um jovem tenente de engenheiros (o futuro Major

¹⁴ ‘Problemi attuali della protostoria Italiana nel quadro dello sviluppo del mondo classico’, in *Greece and Italy in the Classical World* (acima, n.5), 57-71, especialmente 60-64.

¹⁵ Ver P. G. Themelis, ‘Maraton’, *Arkhaiologikon Deltion* 29 (1974), A (1977), 226-244, 297-298.

General William Roy) foi designado para o exército mapeando encargos aduaneiros na Escócia e infatigavelmente planejou e registrou as instalações militares romanas que ele achou. Deste modo começou o processo de preencher por observação arqueológica as exíguas fontes documentais para estas operações. As atividades de Agrícola, entre os anos 79 e 84 d.C. pareceram prover as melhores oportunidades. Em 1918, escavações em Camelon produziram as primeiras indicações materiais positiva da presença da Agrícola na Escócia; o quadro foi logo ampliado. Então nos anos de 1945 em diante, J. K. S. St Joseph desenvolveu um novo grau de refinamento o reconhecimento aéreo de locais militares. Vários fortes até o momento desconhecidos foram descobertos; muitas escavações mais tardias provaram que eram da época de Agrícola. Muito mais numeroso, porém, foram os acampamentos temporários encontrados; aqui a principal contribuição da escavação foi relacionar séries de acampamentos sobrepostos no mesmo sítio, deste modo construindo uma sequência relativa; uma tipologia foi construída na qual acampamentos de tamanho e plano diferentes puderam ser atribuídos a períodos diferentes. Quando os acampamentos ocorriam mais ao Norte de Straththay, as evidências históricas confinam suas possibilidades de datação às duas alternativas das campanhas de Agrícola ou Sétimo Severo. Deste modo, não só os passos de Agrícola foram traçados ao menos mais ao norte de Banffshire, mas no processo o curso das expedições de Severo de 208 e 209 d.C. tem sido ainda mais completamente reconstruído.¹⁶ Isto é uma realização notável, e que pode provar possível reproduzir em algumas das regiões menos construídas em torno do mediterrâneo. Também provê um bom exemplo de um problema (um raramente específico neste caso) que era colocado pelos historiadores, ou pelo menos pelo estudo de História, e foi deixado para os arqueólogos tentarem responder. Isto é frequentemente o melhor procedimento para avançar na co-operação das duas disciplinas; problemas colocados pelos próprios arqueólogos têm um hábito de não serem historicamente muito significantes e, sendo ainda mais sincero, muita arqueologia nunca foi dirigida à solução de problemas. Estas observações são particularmente relevantes para a próxima seção.

HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL

Existe uma noção de que cada achado arqueológico já feito contribuiu para a história econômica e social; mas não é uma noção muito útil. Para esperar que historiadores monitorem a produção inteira da escavação nas terras clássicas seria, como nós dissemos, absurdo. Um procedimento melhor seria aos arqueólogos proverem, em seus relatórios de escavação e monografias, um tratamento primário dos achados mais relevantes que sejam orientados para a história econômica e social, e, para a ajuda de historiadores da mesma opinião, ser listados neste estudo. Arqueólogos, mesmo se não dispostos a explorar as implicações econômicas eles mesmos, podem tornar mais fácil para outros melhorarem suas comunicações: isto é, por nem mesmo reivindicando possuir a objetividade total em apresentar os ‘fatos’, mas reconhecendo a natureza interpretativa de todo registro arqueológico; descrevendo, em relatórios de escavação, sua estratificação em termos inteligíveis para quem não é familiarizado com escavações; catalogando seu achados por função mais do que por seu material; agrupando juntos depósitos encontrados juntos, em lugar de abstraindo, de *todos* os depósitos, cada classe de achados por vez. Várias destas sugestões são tiradas de um artigo da Sra. S. C. Humphreys que se tornou algo de clássico desde que foi primeiro publicado em 1967.¹⁷ Para o arqueólogo, escrever uma monografia numa categoria particular de evidência arqueológica, pode apenas incitar que seu tratamento (e como um reflexo deste, seu título) estar em certo grau apontado para aqueles alunos em outros campos que, se eles apenas souberem isto, poderão extrair informações valiosas de seu livro.

Mas estes são só os primeiros passos; existe ainda um longo caminho para seguir. Arqueólogos mais jovens, em quem as iniciativas primárias recaem, estão mostrando (pelo menos nos países de língua inglesa) uma forte propensão para trabalhar nestes campos pré-históricos e proto-históricos onde o problema de dominar as fontes antigas dificilmente surge. Até certo ponto este buraco está sendo preenchido pela familiaridade crescente com métodos arqueológicos por parte dos historiadores da Antiguidade mais jovens. Isto chama a atenção para algumas necessidades imediatas, e existe, afinal, um certo irrealismo sobre fazer demandas programáticas específicas para o desenvolvimento futuro de uma disciplina. É mais produtivo pedir uma mudança nas atitudes, e aqui os sinais já são mais favoráveis. No passado, considerando que era universalmente reconhecido que a essência de inquérito histórico era a procura por explicações e causas, o mesmo não era visto como sendo tão claramente verdade da Arqueologia; de fato, muitos arqueólogos agiam como se não fosse. Hoje arqueólogos clássicos (e não só os da geração mais jovem) estão mais frequentemente perguntando a si

¹⁶ Bem resumido por J. K. S. St Joseph, ‘Types and dates of temporary camps in Scotland’, *JRS* 63 (1973), 228-233; ver também ‘The camp at Durno and Mons Graupius’, *Britannia* 9 (1978), 271-287.

¹⁷ ‘Archaeology and the social and economic history of Classical Greece’, *Paro/a de/ Passato* 116 (1967), 374-400 (também impresso em *Anthropology and the Greeks* (1978), cap. 4).

mesmos as perguntas ‘por que?’ e ‘como?’ Estudos de cerâmica provêem um bom exemplo. Após gerações de estudos sobre o desenvolvimento estilístico de cerâmica grega por métodos de arte histórica, o momento era sentido para o amadurecimento, no período entre as duas Guerras Mundiais, de aproveitar este material para argumentos de longo alcance econômico. Este episódio continuou fortemente nos anos 50 e ainda não está completamente terminado. Mas na última geração uma terceira abordagem cresceu, a qual é crítica em todos os sentidos às outras duas. A indústria de cerâmica foi estudada como um fenômeno industrial, não apenas como um tipo de coletivo de artistas. No processo, algumas estimativas absolutas de sua escala foram alcançadas. Como resultado deste, o significado econômico das trocas de cerâmica tem sido escrutinada; muitas conclusões antigas sobre comércio, política econômica e até influencia política foram enfraquecidas.¹⁸

Estes desenvolvimentos recentes provavelmente foram influenciados pelas mudanças de ênfase em História antiga, por meio de que problemas sociais e econômicos vieram mais para a vanguarda e atenção maior foi dada aos métodos de Antropologia. Certamente existiam críticas audíveis das abordagens anteriores de historiadores e antropólogos. Por exemplo, a forma de uma panela, em vez de ser vista como o resultado de fatores na personalidade de um artesão individual, é agora mais frequentemente visto em termos de sua função, ambas literal e social; sua decoração, semelhantemente, sendo projetado para um mercado de algum tipo, é escrutinado por outras influências além das puramente artísticas; suas origens geográficas e a distribuição de seu tipo são menos frequentemente tomadas como evidência para a operação de um ‘comércio’ não diferenciável, mas são vista de modo mais sofisticado que considera o contexto exato (se o tipo achado, por exemplo, só em sepulcros, ou como dedicações em santuários, em assentamentos gregos ou em não-gregos, em associação regular com outros vasos, em estritamente contemporânea ou também em contextos mais posteriores, em um ambiente social restrito; e assim por diante).

Tudo isso é parte de um fenômeno mais amplo e essencialmente benéfico: a realização, por parte do arqueólogo, da contribuição distintiva que ele pode fazer para a história social e econômica. Não é nenhum exagero dizer que no passado os arqueólogos clássicos eram frequentemente desavisados do valor potencial de seus achados. Dados puramente ‘arqueológicos’ como a cronologia relativa de pavimentos de mosaico em *villae* romano-britânicas, ou a descontinuidade de enterramentos com armas na Grécia Arcaica, uma vez que foram colocados nas mãos dos historiadores, proveram ricas fontes de inferências históricas. Tem sido uma história similar com muito mais princípios como o da quantificação de dados. Por cem anos ou mais arqueólogos clássicos têm manuseado corpos de material que são de tamanho suficiente para ser suscetível de quantificação, e até para formar amostras estatísticas significantes: o número de templos que pertencem a fases sucessivas do desenvolvimento arquitetônico, os números de painéis de um dado sítio ou da produção de uma dada oficina, o número de materiais funerários das fases sucessivas de um cemitério, a incidência de tipos diferentes de estátuas (pelo menos na era Arcaica) ou de estelas tumulares esculpidas (na Atenas Clássica) - o potencial de tais grupos de dados, há muito disponíveis, está agora afinal sendo explorado.

A quantificação também é uma característica essencial da técnica do levantamento arqueológico que, mais claramente aqui que em qualquer outro aspecto de história, tem uma contribuição quase ilimitada para fazer. Registrando sistematicamente os traços de todos os assentamentos de todos os períodos em uma dada região (ou, mais realistamente, em uma amostra de uma dada região), trabalho de levantamento pode prover os dados para estudos demográficos e, menos diretamente, material para o estudo de mudança ambiental, práticas agrícolas, arrendamentos, organização de mercado, comunicações e dezenas de outros aspectos da história local. As soluções variam de pesquisas de um homem de pequenas unidades políticas e geográficas (como ilhas) para centralizar projetos como a série *Forma Italiae*, produzido pelo Unione Accademica Nazionale, que já inclui mais de vinte volumes cobrindo milhares de quilômetros quadrados da paisagem italiana. Um outro recurso distintivo de pesquisa é, lançar luz em assentamentos rurais ao invés dos urbanos, considerando que o viés das fontes documentais está na direção oposta, emanando como faz da cidade antiga e refletindo no principal seus funcionamentos e gostos. Através da pesquisa, o arqueólogo pode acumular as informações mais relevantes para o desenvolvimento econômico de uma região, então ele pode através da escavação de um único sítio, porém rico; particularmente quando se refletir que quase todas as escavações, também, são limitadas a amostras dos sítios. Escavação, sendo mais lentas e mais intensamente trabalhosa, também é mais cara em proporção a seus resultados. Como tão frequentemente, a iniciativa neste campo tem em primeiro lugar recaído fora das terras clássicas e, quando introduzidas na Grécia, Itália e no Mediterrâneo, tendiam a se concentrar em áreas e períodos onde a documentação é magra ou não existente. Mas como também sendo um substituto para documentos históricos, os resultados das pesquisas podem suplementá-los de modo muito significativo, como foi feito claro quando expedições incluíram em sua cobertura, ou até sendo centrada em comunidades históricas.

¹⁸ Ver particularmente o artigo de R. M. Cook ‘Die Bedeutung der bemalten Keramik’, *JdI* 74 (1959), 114-123, em princípios gerais; para um exemplo específico, F. Villard, *La céramique grecque de Marseille* (Paris, 1960), 72-161.

Considerando, por exemplo, uma pergunta já colocada hipoteticamente acima: onde os camponeses do mundo antigo realmente viveram? Para a Itália romana, uma resposta bem razoável tem sido levada a diante P. D. A. Garnsey, desenhada nos resultados detalhados das expedições de levantamento de campo na Etrúria Meridional, Molise e Apulia do Norte: uma resposta não menos interessante porque é contrária a algumas das declarações de algumas das mais conhecidas fontes literárias antigas para esta questão.¹⁹ Em resumo, ele acha que o quadro tradicional de uma paisagem despovoada de camponeses livres na época da República tardia, de grandes agricultores concentrados nas cidades, e da extensão progressiva de trabalho escravo em propriedades rurais, não pode ser completamente reconciliado com os resultados do levantamento de campo. Um efeito final do levantamento arqueológico cujo valor será mais extensamente apreciado é que isto, e isto apenas, pode produzir um mapa histórico preciso de larga escala, ao menos de uma região pequena. Todos os arqueólogos clássicos e a maioria de outros clacissistas sentiram em algum momento a aguda escassez de tais mapas; agora, ao menos, alguns estão tomando a iniciativa de remediar esta carência.

HISTÓRIA CULTURAL

Debaixo deste cabeçalho talvez amorfo eu agrupo aqueles aspectos de história em que arqueologia Clássica, como tradicionalmente praticada, razoavelmente podia ser esperada lançar a mais luz. O honrado estudo de obras de arte, seu conteúdo, seu lugar no desenvolvimento histórico, sua relação com outra arte contemporânea (inclusive literatura) pareceria não ser nada se não uma contribuição para história cultural. Ainda uma vez mais deve se reconhecer que os resultados tem sido desapontadores deste ponto de vista, e uma vez mais a causa é familiar. Da mesma maneira que arqueólogos clássicos não têm sido afetados por algumas das mudanças recentes em teoria e prática arqueológicos, então eles separadamente estiveram, para um período muito mais longo e com razão menos óbvia, de desenvolvimentos na abordagem do historiador da arte em campos não clássicos. A noção inteira de *função* da arte, a apreciação que as artes visuais estão diretamente formadas pela sociedade para a qual elas são praticadas, e que elas então diretamente refletem a natureza daquela sociedade – isto não é profundamente **engrained** no pensamento arqueológico. Aqui também, a questão 'porque?' não é muito frequentemente perguntada. Ao invés, uma boa parte da energia dos historiadores da arte clássica (e deste modo da atividade inteira de Arqueologia Clássica) associa-se à disciplina largamente descritiva da classificação: isto é, o localizar as obras de arte, com precisão e detalhe crescentes, em uma armação de categorias cronológicas e geográficas, se possíveis estendendo para atribuição para artistas e oficinas individuais. Isto é essencial para história de arte, mas em outro lugar não seria considerada como história de arte propriamente dita. Não só não traz muita luz para o campo mais amplo da história cultural se parar lá; mas até onde a arte grega se dedica, também não faz isso para história política tradicional, pela razão particular que a arte grega acontece por ter extraordinariamente pouco contexto histórico diretamente. O resultado é, novamente, uma propensão para o isolamento da disciplina de história da arte antiga; pode não ser nenhuma coincidência que os anos formativos do assunto coincidiram com o nascimento da doutrina da 'arte para causa da arte'.

Ainda a arte do mundo antigo provê âmbito real para escrever a história cultural: sobrevive em quantidades relativamente grandes; existe um corpo de modo algum desprezível de literatura antiga dedicada para isto; e o fato que a condição do artista na Antiguidade teve um lugar mais baixo na hierarquia social do que tem hoje, longe de formar um obstáculo sério, na verdade pode se tornar vantagem quando nós estamos usando arte como um médio para examinarmos sociedade como um todo. Quer dizer que o artista era continuamente o objeto de pressões externas - sociais, religiosas e profissionais num grau que é difícil para nós concebermos com nossas noções aceitas do artista independente, e sua inspiração livre. Quer dizer que ele ocasionalmente pode mostrar a reação do homem comum para estas pressões, de um modo que poucos escritores antigos podiam ter condições de fazer, mesmo quando eles eram equipados para: pensa-se particularmente no pintor de vaso, cujo produto não era de valor intrínseco grande e não frequentemente diretamente comissionado pelo patrão; e quem podia introduzir com as cenas de caricatura de impunidade, versões vernáculas de mitos ou um estilo geralmente 'desiludindo' ao seu trabalho. Quer dizer, então, que ele pode preencher um buraco importante em nosso entendimento de sociedades antigas.

Mas existem mais dificuldades aqui que os olhos podem ver. A linguagem da arte grega e romana é normalmente pensada como direta, extensamente inteligível e não em falta da interpretação detalhada e traduções cuidadosas sem as quais os trabalhos de literatura antiga não podem ser comunicados para o mundo. De fato, ambas estão sob o mesmo perigo de serem mal-entendidas, mas por razões diferentes: com literatura, o risco é de sermos enganados por um em de interpretação; com obras de arte, é que nós não vemos a necessidade

¹⁹ 'Where did Italian peasants live?' *Proceedings of Cambridge Philological Society* 205 (1979). 1-25.

para uma interpretação. Existem numerosos livros para descrever, classificar e datá-las; para explicar seus assuntos; mas não para explicar os trabalhos mesmos. Em alguns casos, isto é porque nosso conhecimento é muito limitado para prover tal explicação; o resultado é que o espectador fica habituado a não receber um. Acima de tudo, isto é verdade com as esculturas. Ainda dificilmente deveria ter havido um único pedaço de escultura grega ou romana que não tivesse um significado, religioso ou secular; que não tivesse levado uma mensagem inteligível para seus contemporâneos. Às vezes nós devemos confessar abertamente que a mensagem foi perdida para nós, pelo menos por enquanto: até que ela possa ser estabelecida, por exemplo, se a famosa estátua de bronze de Artemision representa Zeus, ou Poseidon, ou nenhuma deidade, nossa compreensão deste trabalho é essencialmente defeituosa. Semelhantemente, conhecer se a cabeça no. 437 no Museu Nacional de Atenas representa ou não Julio César é crítico para nossa compreensão de ambos trabalhos e assuntos. Às vezes nos oferecem uma escolha inteira de interpretações, a maioria das quais deve ser falsa, como por exemplo com o relevo da metade do séc. V a.C. conhecido como o ‘o luto de Atena’ que está colocada em par com um texto quase indecifrado. Às vezes uma interpretação aceita de longa data de um monumento familiar é de repente questionado, como aconteceu recentemente com o friso do Partenon; se não representar a procissão de panatenaica, então não existe fim para as suposições falsas que, conscientemente ou inconscientemente, foi embasado na convicção que representa.²⁰ Enfrentado perigos deste tipo, não é assombroso que muitos arqueólogos clássicos preferem pegar ao chão relativamente seguro da avaliação e classificação artísticas.

Ainda quando mais abordagens empreendedoras sejam tentadas, eles normalmente proveram frutíferas, frequentemente avançando nosso conhecimento e compreensão e quase sempre em estimulação intelectual. Em certas áreas da história da arte antiga, a realização está além da disputa, mas é frequentemente esquecida: por exemplo, na interpretação das cenas míticas, especialmente em vasos. Em 1880, Carl Robert começou uma série de cuidadosos estudos iconográficos, culminando no grande trabalho de sua velhice, *Archäologische Hermeneutik*, um relato clássico dos meios adotados por artistas gregos para fazer saber uma narrativa mitológica. Isto tem sido, em seu contorno principal tão universalmente aceito desde então que é raramente aceito por muito tempo; inclusive. Apenas nos recentes anos se retomou as discussões de toda a questão com que Robert estava lidando.²¹ Ainda o que podia ser mais fundamental, tanto para a história de arte deste e muitos períodos subsequentes, e para a interpretação mais ampla do mito grego? As soluções sucessivas que artistas acharam para estes problemas de narrativa são passos vitais no desenvolvimento intelectual de seus tempos. Em particular, a descoberta na Grécia Arcaica de meios de representar um mito inteiro por uma única composição ‘fechada’ faz comparações extremamente interessantes, primeiros com os métodos narrativos empregadas pelos primeiros poetas gregos; então com os contrastantes usado pelos artistas gregos do período Clássico para retratar o mito; e finalmente com o dispositivo essencialmente romano de ‘narrativa contínua’, que o contemporâneo do Robert, Franz Wickhoff, expôs em 1895, e que prevaleceu na arte ocidental por uns CV séculos.²² Isto é bastante material de história cultural.

A arte de retratista é um meio que em sua natureza traz arte muito perto da história. A maioria de estudos não obstante trataram de retratos antigos como objetos de arte isolados e (uma vez que a maioria dos exemplos sobreviventes estão na forma de escultura) como ilustrações de uma fase particular no desenvolvimento da arte do escultor. Fazer isto é suplementar as perguntas realmente importantes (e, eu argüiria, uma realmente importante) sobre arte de retratista no mundo antigo: tais como, por que era escassamente na sociedade arcaica? Por que, quando estátuas atléticas de assuntos vivos foram duradouramente tolerados, onde outros tipos de retratos privados aparentemente só eram aceitos quando póstumos? (Eu estou assumindo que o grau de caracterização individual que fazia um retrato reconhecível como tal, mesmo quando de um assunto desconhecido, era aproximadamente o mesmo de contemporâneos como é para nós 2 milênios mais tarde). Como, quando a demanda por retratos pessoais eventualmente ficou irresistível, o retrato conseguiu assumir o comando de um lugar tão central nas transações sociais da idade helenística? É possível dar respostas a todas estas perguntas em termos puramente artísticos, mas as respostas certamente seriam inadequadas e provavelmente erradas. Aqui como em alguns outros respeitos, historiadores da arte romana, menos preocupada que os helenistas com a qualidade dos trabalhos e confrontando com uma mensagem mais publicamente política, progrediu bastante em sua compreensão.

²⁰ Ver F. Chamoux, ‘L’Athéna mélancolique’, *BCH* 81 (1957), 141-159; J. Boardman, ‘The Parthenon frieze: another view’, in *Festschrift für Frank Brommer* (Mainz, 1977), 39-49.

²¹ Ver especialmente N. Himmelmann-Wildschütz, ‘Erzählung und Figur in der archaischen Kunst’, *Abhandlungen der Akademie der Wissenschaften und der Literatur (Geistes- und Sozialwissenschaftliche Klasse)* (Mainz, 1967), 73-100; P. G. P. Meyboom. ‘Some observations on narration in Greek art’, *Mededelingen van het Nederlands Instituut te Rome* 40 (1978), 55-82; e, mais elementar, J. E. Henle, *Greek Myths: a Vase-Painter’s Notebook* (Bloomington and London, 1973).

²² Wilhelm Ritter von Härtel e F. Wickhoff, *Die Wiener Gênesis* (Viena, 1895); a contribuição de Wickhoff foi traduzido e editado por Sra. S. A. Strong as *Roman Art* (1900).

Para dar uma ilustração simples de um dos problemas: considerando nossas próprias reações, por um lado quando nós encontramos um retrato em uma exibição dedicada para um único artista ou tema; e por outro lado, quando nós entramos numa galeria de retratos - talvez uma escultura como a 'Walhalla' erguida pelo Rei Ludovico I da Baviera nas margens do Danúbio próximo de Regensburg. No primeiro caso, nós estamos interessados no estilo do artista, na maneira que ele adaptou o retrato, as características comuns de seus retratos em geral; no segundo, nós estamos mais preocupados com os assuntos, seu lugar na história, os princípios em que eles foram escolhido e o propósito da galeria em geral. Em Walhalla, onde a maioria vasta dos bustos foi esculpido em um estilo homogêneo entre 1807 e 1842, é só quando somos levados pelas características de Bruckner, Stifter e Strauss (esculpido respectivamente em 1937, 1954 e 1973) que considerações artísticas de repente tomam um lugar mais alto. Em nosso estudo de retratos gregos (embora novamente isto é menos verdadeiro para os romanos), nós adotamos exclusivamente o antigo tipo de 'exibição'; ainda a evidência mostra a que contemporâneos gregos invariavelmente encontraram o retrato da maneira posterior, tipo 'galeria' com contexto; uma leitura em Pausânias mostra que isto era ainda verdade no segundo século d.C. O aparecimento de *Porträt und Gesellschaft* Dieter de Metzler, em 1971, era então uma inovação bem-vinda, e uma abordagem similar para um alcance mais amplo da escultura foi adotado no capítulo final de Attika, de Andrew Stewart (1979).²³

Uma vantagem deste tipo de pesquisa é que não é necessário ser um arqueólogo para realizá-la com distinção. Outros estudiosos Clássicos que tenham familiarizado-se completamente com a evidência, e que possuam a coragem de suas convicções em assuntos artísticos, tem tratamentos produzidos magistrais sobre questões culturais nas quais muitas das evidências primárias são arqueológicas. Novamente, tende-se a pensar primeiramente em religião, onde as últimas duas gerações de homens tem trabalhado, como M. P. Nilsson e A. B. Cook, que estabeleceram um padrão para abordagens futuras mostrando a indispensabilidade do material arqueológico.²⁴ Como resultado, existem divindades, como Artemis no panteão grego, cuja antiga evolução e muitos dos detalhes de cultos a arqueologia tem provido tais como muitas evidências que sobrevivem em fontes escritas. Sítios escavados, como o Santuário dos Grandes Deuses em Samotrácia, trouxeram à luz uma variação de práticas religiosas previamente bastante insuspeitas, diversas destas, pré-gregas em origem, mas absorvidas na cerimônia do santuário. Mas existem numerosos outros campos para este tipo de atividade também. Um exemplo excelente foi dado recentemente pelo estudo de Sir Kenneth Dove, *Greek homosexuality* (1978).

Por séculos estudiosos têm estado mais ou menos inquietos cientes da prevaência na imaginação grega do amor homossexual; mas até extensamente diferentes categorias de evidências puderam ser colocadas juntas, como elas aparecem no livro do Dover, era impossível a avaliação do fenômeno propriamente. Agora nós temos uma indicação da data de que práticas homossexuais públicas eram aceitáveis pela sociedade grega; da diferenciação de padrões que eram adotados para julgar diferentes atos dentro do comportamento homossexual generalizado; da desigualdade geográfica em nossas evidências; e a indubitável variação local de atitudes; e de muitas outras. A maior parte destas teria sido impossível sem o estudo detalhado das 500 vasos pintados listados no texto de Dover.

Mas isto é apenas um recente exemplo notável. Existem diversas outras áreas de cultura viva onde as evidências artísticas e arqueológicas provaram serem indispensáveis por muito tempo, e estão sendo atualmente lidas com devido respeito. Entre os mais óbvios estão a antiga música e os instrumentos musicais, recitação poética, produções de teatro, atletismo, entretenimento doméstico, educação e leitura, casamentos e funerais, atitudes raciais e o papel das mulheres. Seria verdadeiro dizer que nosso conhecimento e julgamento de muitos destes aspectos da vida antiga tem sido radicalmente modificado desde gerações antigas, desde que este aprofundamento de abordagem aconteceu.

Por tratarmos este assunto em termos dos vários ramos de *estudos históricos*, estes relatos deixaram muitos aspectos específicos de evidências arqueológicas sem consideração. Um destes aspectos, a arqueologia de sepulcros, merece algumas palavras em seu próprio direito, uma vez que ele não cai justamente dentro de quaisquer das categorias utilizadas aqui. A proeminência de escavações de sepulcros na arqueologia mediterrânea pode se supor que continuará, ainda que em escavações futuras está será crescentemente limitada a operações de salvamento devido a construções urbanas e construção de estradas e dutos. Uma grande vantagem dos cemitérios é que eles consistem em unidades facilmente quantificáveis: ao longo de muito da história Clássica, uma única cova era praticada, de forma que cada sepultamento representa um ato único de interment e seus restos sombrios formam um único depósito fechado. Um cemitério cujas sepulturas cobrem

²³ D.Metzler, *Porträt und Gesellschaft: über die Entstehung der griechischen Porträts in der Klassik* (Munster, 1971); A.Stewart, *Attika: estudos em Atenas: a escultura da idade helenística* (Sociedade para a Promoção de Estudos Helenos, XIV de JORNAL Adicional, 1979).

²⁴ Ver especialmente M. P. Nilsson, *Geschichte der griechischen Religion I-II* (Munich, 1941-1950); A. B. Cook, *Zeus I-III* (1914-1940).

várias gerações pode representar um corte transversal de uma sociedade mais representativo do alcance da prosperidade, como também cronologicamente ampla, então um assentamento escavado concordante com a mesma data, onde a maior parte dos achados e arquitetura pertencerão às fases finais, e onde a descoberta de todos os aspectos da vida de todos os níveis de sociedade será, na melhor das hipóteses, um processo caro e prolongado; ou realmente que um depósito santuário, em que a maioria dos vínculos de propriedade pessoal são perdidos. Ainda existem diversas variáveis obscuras em estudos funerários; acima de tudo, a relação entre hierarquia social e hierarquia funerária, entre riqueza da sociedade, a riqueza e elaboração de seus sepulcros. Isto o torna uma tarefa urgente para o desenvolvimento de uma abordagem mais sistemática para arqueologia de sepultamentos; nós precisamos de algum tipo de teoria de sociologia e ideologia funerárias. Felizmente existem sinais de que esta necessidade é agora apreciada: um colóquio internacional sobre o último tópico realizou-se em Nápoles em dezembro de 1977.²⁵

Em várias das grandes publicações sobre cemitérios do mundo Grego e Romano também foram feitas menções sobre valorosas sínteses e análises estatísticas. Premeditavelmente, estes se concentraram nos períodos antigos quando existiram menos competições em relação a outros, classes mais historicamente-orientadas de evidências. O cist-tumbas do Início da Idade do Bronze nas Cíclades, por exemplo, foram analisados com alguns detalhes por A. C. Renfrew em 1972; o tamanho da amostra era grande suficiente para justificar o uso de um computador. Os sepulcros do importante cemitério do Início da Idade do Ferro, em Kerameikos, Atenas, foram estudados por meio de seu metal por H. Miiller-Karpe em 1962, e através de sua estratigrafia e cerâmica por R. Hachmann em 1963. Um estudo abrangente dos enterros do mesmo período em Argolid foi publicado por R. Hagg em 1974, enquanto J.B. Ward-Perkins e outros contribuíram com estudos comparativos dos sepulcros do grande cemitério de Quattro Fontanili em Veies, na Etrúria. Levantamentos em todo o campo dos costumes de enterro foram empreendidos, para a Grécia por D. Kurtz e J. Boardman em 1971, para Roma por J.M.C. Toynbee (1971) e em uma coleção muito útil de documentos editados por R. Reece em 1977.²⁶ Os escavadores de cemitérios estão eles mesmos começando a incorporar estudos estatísticos de seu material em uma publicação primeira publicação. Mas existem muitos campos inexplorados de sínteses a serem conquistados: entre os mais óbvios (e os mais formidáveis) estão as centenas de sepulcros agora registrados das Clássicas Atenas e Roma.

Ao lado destes estudos mais profundos, as descobertas de enterros individuais excepcionais continuam a fazer contribuições para conhecimento arqueológico. Até aqui, as conclusões têm frequentemente sido mais problemáticas que se esperaria do processo relativamente simples de interment em uma ocasião única: como testemunhas de ocasiões como Maratona, Gordion e das tumbas egípcias contendo vasos de Minoan e Mycenaean que foram mencionados anteriormente. Este está preenchendo o fim com o mais celebrado achado recente, a tumba real em Vergina na Macedônia que foi aberta em novembro de 1977 a qual seu descobridor, Professor M. Andronikos, provisoriamente identifica como a de Felipe II.²⁷ Caso esta suposição se confirme, esta sozinha contribuirá em certa porção como evidência que será útil para historiadores do período. Mas um valor maior se junta às inferências que se posicionarão independentemente da veracidade da identificação. Para começar, nós agora temos, graças a esta descoberta impressionante, uma nova e quase certa localização do sítio de Aigeae, mencionada em diversas fontes antigas como o local de sepultamento dos reis macedônios, mas até o momento posicionado pela maioria de estudiosos modernos a alguma distância ao norte, em Edessa; isto afetará muitas questões de topografia antiga. Nós temos pela primeira vez que um padrão de Macedônico de enterro real pelo qual é possível julgar outras ricas tumbas. Nós temos muitas informações novas sobre o equipamento militar da era. Nós temos um capítulo inteiramente novo na história de pinturas em tumbas gregas, um campo fragmentário mas único que lança uma luz sem igual e contemporânea sobre realizações perdidas da pintura livre grega. Isto se dará anos antes da riqueza de conhecimento potencial rendidos por esta descoberta poder ser explorada totalmente, e deste processo sobreviverá o deslumbramento com a riqueza intrínseca desses achados.

A mensagem recorrente deste capítulo tem sido isto que, para o valor completo da contribuição da arqueologia para história antiga para ser realizada, as mesmas qualidades precisam ser mostradas por estudiosos em ambas as disciplinas: compreendendo os diferentes problemas confrontados por cada lado na perseguição de uma meta comum, e até mesmo compreendendo mais claramente as diferentes condições de evidências que cada lado tem que oferecer; e sobretudo, estreitar sua aproximação na interpretação da completa natureza do questionamento histórico.

²⁵ L. *'ideologie funeraire dans le monde antique*, Cambridge, 1982.

²⁶ D.Kurtz e J.Boardman, *Greek Burial Customs*(1971); J.M.C. Toynbee, *Death and Burial in the Roman World* (1971); R.Reece (ed.), *Burial in the Roman World* (Council for British Archaeology Research Report XXII, 1977).

²⁷ 'The tombs at the Great Tumulus of Vergina'. in *Greece and Italy in the Classical World*(acima. N. 5). 39-56.

APÊNDICE

É possível que seja de utilidade apresentar aqui, além dos trabalhos citados nas notas de rodapé, alguns exemplos de livros que com sucesso aplicam evidências arqueológicas de algum período ou tema da história antiga.

Nas questões sobre a *teoria e metodologia* da aplicação de evidências arqueológicas na história antiga, existe uma dificuldade fundamental mencionada nas sentenças de abertura do capítulo: que a maioria de trabalhos sobre teoria arqueológica é estudado de forma a evitar fazer mais que referências de passagem a Arqueologia Clássica. Isto é verificado em *Time and Traditions* de Bruce Trigger: *essays in archaeological interpretation* (Edinburgh, 1978), embora a maioria dos clássicos poderão obter substancial benefício de seu capítulo 2 em particular. Um ícone do mundo Clássico que algumas vezes entra em consideração é a Bretanha romana, e neste campo (e por implicação de outras culturas históricas) existe esclarecimento real a ser obtido de *Spatial Analysis in Arqueology* de I. A. Hodder e C. Orton (Cambridge, 1976).

Na *cronologia*, embora existam diversos tratamentos minuciosos de evidências não arqueológicas (veja mais recentemente A. E. Samuel, *Greek and Roman Chronology: Calendars and Years in Classical antiquity* (*Handbuch der Altertumswissenschaft* I, 7) (Munich 1969)), não existe nenhum trabalho que sistematicamente integre a evidência material com esta. R. W. Ehrich (ed.), *Chronologies in Old World Arqueology* (Chicago, 1965) esta característica de deixar para os leitores a descoberta de que as cronologias terminam em ca. 2000 a.C. É possível somente referenciar ao leitor os trabalhos citados nas notas 6-10 ' acima, lidando com aspectos particulares.

história política e institucional

Podem-se escolher alguns trabalhos históricos básicos pelo seu uso perceptivo do material arqueológico, notavelmente o trabalho de W. G. Forrest, *The Emergence of Greek Democracy* (Londres, 1966) e, em nível regional, P. A. Cartledge em *Sparta and Lakonia: a regional history* (Londres, 1979).

história econômica e social

Aqui o campo é muito mais rico. Uma maneira de alcançar a gama necessária de perícia é por trabalhos colaborativos, um exemplo excelente destes é M. I. Finley (ed.), *Problèmes de La terre en Grèce ancienne* (Paris/The Hague, 1973). Notáveis estudos recentes e monografias incluem: C. G. Starr, *The Economic and Social Growth of Early Greece* (New York, 1977); A. Burford, *The Greek Temple – builders at Epidauros* (Liverpool, 1969) e *Craftsmen in Greek and Roman Society* (Londres, 1972); L. A. Moritz, *Grain-mills and Flour in Classical Antiquity* (Oxford, 1958); G. E. Rickman, *Roman Granaries and Store Buildings* (Cambridge, 1971).

história militar

Aqui novamente, colaboração produziu alguns dos mais frutíferos resultados em J. P. Vernant (ed.), *Problèmes de la guerre en Grèce ancienne*, e J. P. Brisson (ed.), *Problèmes de La guerre à Rome* (Paris/The Hague, 1968 e 1969 respectivamente). Mas veja também P. A. L. Greenhalgh, *Early Greek Warfare: horsemen and chariots in Archaic Greece* (Cambridge, 1973); J. S. Morrison e R. T. Williams, *Greek Oared Ships, 900-322 B.C.* (Cambridge, 1968); W. K. Pritchett, *Ancient Greek Military Practices I, e The Greek State at War II - III* (Berkeley/Los Angeles, 1971, 1974 e 1979); J. K. Anderson, *Military Teory and Practice in age of Xenophon* (Berkeley Los Angeles/London, 1970).

história cultural

Um movimento bem-vindo aqui é a série 'Fontana History of the Ancient Word', na qual aparece até agora: R.M.Ogilvie, *Early Roman and the Etruscans* (1976); K.Davies, *Democracy and Classical Grece* (1978); M. H. Crawford, *Republican Rome* (1978); O. Murray, *Early Greece* (1980); F. W. Walbank, *The Hellenistic Word* (1981); e C. M. Wells, *The Roman Empire* (1984). Um trabalho de história da arte certamente merece

menção aqui devido a sua incomum amplitude de abordagem: Martin Robertson, *A History of Greek Art*(Cambridge, 1975).

Em uma classe separada estão os livros escritos por arqueólogos em períodos considerados completamente históricos: R. M. Cook, *The Greeks till Alexander* (Londres, 1962); J. Boardman, *The Greeks Overseas* (ed. revisada, Londres, 1980); F. Chamoux, *The Civilisation of Grece* (Londres, 1965); A. W. Johnston, *The Emergency of Grece* (Oxford, 1976); e my *Archaic Grece* (Londres, 1980) todos estão sob o título do aspecto Grego, enquanto a óbvia contraparte de Roma é a série ‘History of the Provinces of the Roman Empire’, na qual aparecem: S.S. Frere, *Britannia*; J.J. Wilkes, *Dalmatia*; A. Mocsy, *Pannonia and Upper Moesia*; G. Alföldy, *Noricum* (Londres, 1967, 1969, 1974 e 1974).